



OMIP — PÓLO PORTUGUÊS, S.G.M.R., S.A.

Av. Casal Ribeiro, 14 - 8.º
1000-092 Lisboa — Portugal

T (+351) 210 006 000

www.omip.pt



Sobre o relatório

O OMIP - Pólo Português, S.G.M.R., S.A. ("OMIP"), tem sede em Lisboa, no n.º 14 da Avenida Casal Ribeiro.

O OMIP é o operador de Mercado Regulamentado que fornece ao mercado, uma plataforma de negociação para produtos energéticos, conforme estabelecido pelo Acordo Internacional celebrado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para o Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). O OMIP, enquanto instituição, bem como a sua atividade encontram-se sujeitos à supervisão da CMVM, de acordo com a legislação e regulamentação do sector financeiro aplicável, nacionais e europeus.

No âmbito do Mercado de Derivados encontram-se abertos à negociação produtos com subjacente eletricidade e gás natural e com entrega em Portugal, Espanha, França e Alemanha (futuros, *forwards*, *swaps*, opções, FTR), que são diariamente negociados por agentes sediados em Portugal, Espanha bem como em outros países europeus e fora da Europa.

Além do Mercado de Derivados, o OMIP oferece serviços de desenvolvimento, implantação, gestão e operação de soluções de mercado em diversas áreas,

nomeadamente energia e telecomunicações. De entre esses serviços salientam-se leilões para atribuição de diversos ativos. No mercado retalhista de energia, presta serviços no âmbito do processo de mudança de comercializador.

O OMIP encontra-se inserido no Grupo OMI, do qual fazem parte, a OMIClear — Câmara de Compensação ibérica para a energia e o OMIE — Mercado diário e intradiário ibérico de eletricidade.

Em 2025, o OMIP publica o Relatório Anual Integrado, que inclui, no mesmo documento: estratégia, desempenho operacional, regulamentação, governo da sociedade e demonstrações financeiras.

Este relatório abrange o ano civil de 2025 e está estruturado em quatro blocos distintos:

- I — Relatório de Gestão
- II — Proposta de aplicações de resultados
- III — Demonstrações Financeiras
- IV — Anexos

Complementarmente, o OMIP publica um conjunto de relatórios, disponíveis em www.omip.pt.



Powering together

omip

OMIP — PÓLO PORTUGUÊS, S.G.M.R.

O OMIP desempenha um papel fundamental no setor energético ibérico, com impacto direto na economia, na sustentabilidade e na estabilidade dos preços da eletricidade.

A sua missão vai além da simples gestão do mercado de derivados de eletricidade, contribuindo para o desenvolvimento de um sistema energético mais eficiente, transparente e sustentável.

O seu impacto na sociedade reflete-se no equilíbrio dos preços da eletricidade, na promoção da transparência e da confiança no mercado, na atração de investimentos para a transição energética e na integração do setor energético ibérico com o contexto europeu.

Dessa forma, o seu papel é crucial para garantir um futuro energético mais seguro e eficiente para empresas, consumidores e para toda a sociedade.

OS NOSSOS VALORES



TRANSPARÊNCIA

Promover a transparência em todas as operações, garantindo que todos os participantes do mercado tenham acesso a informações claras e precisas



INTEGRIDADE

Agir com ética e integridade, mantendo um compromisso inabalável com as normas regulatórias e os mais elevados padrões de conduta



EFICIÊNCIA

Alcançar a excelência em todas as áreas da nossa atuação, desde a gestão de risco até à eficiência nas transações e serviços prestados



SUSTENTABILIDADE

Construir sociedades e mercados mais sustentáveis, resilientes e comprometidos com a sustentabilidade



INOVAÇÃO

Valorizar a inovação contínua, desenvolvendo soluções e serviços que antecipam as necessidades do mercado



RELATÓRIO DE GESTÃO

A EMPRESA

Mensagem da Presidência.....	12
Destaques do Ano.....	16
Números Chave.....	18
Estrutura acionista e organização.....	20

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Contexto económico	24
Contexto energético.....	26
Regulação	28
Sistemas de Informação.....	29
Outras atividades	31

DESEMPENHO

Evolução do Mercado	36
Perspetivas para 2026	44
Sustentabilidade.....	46



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 48



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 50



ANEXOS 74

A integridade e a transparência constituem os alicerces do mercado do OMIP



omip
OMIP — PÓLO PORTUGUÊS, S.G.M.R.



RELATÓRIO DE GESTÃO

A EMPRESA

Mensagem da Presidência 12

Destaques do Ano 16

Números Chave 18

Estrutura acionista e organização 20

ABORDAGEM ESTRATÉGICA

Contexto económico 24

Contexto energético 26

Regulação 28

Sistemas de Informação 29

Outras atividades 31

DESEMPENHO

Evolução do Mercado 36

Perspetivas para 2026 44

Sustentabilidade 46

Mensagem da presidência

O ano de 2025 decorreu num enquadramento internacional particularmente exigente, marcado pela persistência de conflitos regionais, por tensões geopolíticas relevantes e por um ambiente económico global caracterizado por elevada incerteza. A crescente fragmentação do sistema internacional, refletida na afirmação de diferentes blocos geoestratégicos com visões distintas em matéria comercial, energética e industrial, confirmou uma mudança estrutural face ao paradigma de globalização predominante nas últimas décadas.

No Médio Oriente, apesar de alguns avanços na redução da intensidade do conflito entre Israel e o Hamas, a região manteve-se profundamente volátil, com múltiplos focos de instabilidade e equilíbrios ainda frágeis. No que respeita à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, os esforços diplomáticos internacionais não conduziram ao seu término, prolongando um contexto de instabilidade com

impactos diretos nos mercados energéticos europeus.

A União Europeia prosseguiu, contudo, a sua estratégia de diversificação de abastecimento e de reforço da autonomia estratégica. Em 2025, cerca de 13% das importações totais de gás da União Europeia continuaram a ter origem russa, apesar do compromisso de eliminação total até 2027. No caso do petróleo, a redução foi mais célere, tendo o crude russo representado menos de 3% das importações europeias. Estes números evidenciam progressos significativos, ainda que o processo de ajustamento estrutural permaneça em curso.

Paralelamente, assistiu-se ao reforço de políticas industriais e comerciais de natureza mais protecionista em diversas economias, bem como à reconfiguração de compromissos internacionais em matéria climática, com implicações diretas na dinâmica dos mercados energéticos globais. Este contexto exige da Europa — e das suas infraestruturas de mercado — uma capacidade acrescida de

adaptação, coordenação e visão estratégica.

A transição energética continua, por sua vez, a introduzir desafios estruturais de elevada complexidade. A integração massiva de fontes renováveis intermitentes, a necessidade de reforço da segurança de abastecimento e o imperativo de garantir acessibilidade económica colocam pressões acrescidas sobre o funcionamento eficiente dos mercados. A volatilidade observada nos mercados spot de eletricidade — marcada por episódios alternados de preços negativos e de preços significativamente elevados — confirma a importância crescente de instrumentos eficazes de cobertura e de mercados a prazo líquidos e transparentes.

O apagão ocorrido a 28 de abril de 2025 na Península Ibérica constituiu um momento particularmente relevante para o setor. O episódio evidenciou que, mesmo num contexto de reforço significativo da segurança energética europeia, subsistem desafios técnicos e estruturais que requerem investimento contínuo em resiliência,

flexibilidade e interligação das redes. Simultaneamente, a resposta coordenada dos operadores e das autoridades demonstrou a maturidade institucional e a robustez operacional do sistema energético europeu. Mais do que um sinal de fragilidade, tratou-se de um teste à capacidade de resposta do sistema — teste esse que foi superado com eficácia.

No plano dos mercados de energia, 2025 representou um período de gradual normalização após anos de volatilidade excecional. Observou-se uma recuperação da atividade e da liquidez, particularmente nos segmentos de médio e longo prazo, refletindo uma reaproximação dos agentes a estratégias estruturadas de gestão de risco. A Europa mantém uma posição de liderança global na transição energética, o que reforça a necessidade de mercados organizados robustos, transparentes e eficientes como pilares fundamentais desse processo.

No setor do gás natural, o contrato de referência europeu PVB M+1 (Front Month) registou valores entre 26 €/MWh e



Carmen Becerra
Vice-Presidente do Conselho
de Administração

(...) o papel das infraestruturas de mercado assume uma relevância acrescida. O Grupo OMI, através do OMIP SGMR, consolidou em 2025 a sua posição como plataforma estruturante para a formação transparente de preços, a gestão eficiente de risco e o desenvolvimento de soluções de contratação adaptadas às necessidades de um sistema energético em transformação.

57 €/MWh, apresentando uma média anual de 37 €/MWh. Essa dinâmica refletiu-se nos preços da eletricidade, com os contratos Q+1 (Front Quarter) variando entre 40 €/MWh e 85 €/MWh, e o contrato Y+1 (Front Year) oscilando entre um mínimo de 56 €/MWh e um máximo de 70 €/MWh, resultando numa média de 62 €/MWh. No mercado diário ibérico, a média anual

situou-se em cerca de 65 €/MWh, acima da verificada em França (61 €/MWh) e abaixo da observada na Alemanha (89 €/MWh).

O volume total de contratos de futuros ibéricos negociados em 2025 atingiu 257 TWh, traduzindo um crescimento de 36% face ao ano anterior. Embora a recuperação dos produtos de longo prazo seja transversal a vários mercados

européus, o ritmo dessa evolução na Península Ibérica permanece prudente, refletindo um contexto ainda exigente para os agentes económicos.

Num ambiente desta natureza, o papel das infraestruturas de mercado assume uma relevância acrescida. O Grupo OMI, através do OMIP SGMR, consolidou em 2025 a sua posição como platafor-

ma estruturante para a formação transparente de preços, a gestão eficiente de risco e o desenvolvimento de soluções de contratação adaptadas às necessidades de um sistema energético em transformação.

A complexidade crescente dos sistemas elétricos europeus reforça a importância de mercados organizados capazes de fornecer sinais de preço fiáveis, estabilidade contratual e instrumentos adequados à integração de novas tecnologias. O OMIP SGMR tem contribuído de forma consistente para a liquidez, a transparência e a confiança no mercado ibérico, plenamente alinhado com o quadro regulatório europeu e com os objetivos da transição energética.

A experiência acumulada na conceção e operacionalização de leilões regulados e de instrumentos inovadores — incluindo soluções adaptadas a perfis específicos de produção renovável — reforça a relevância do OMIP SGMR no contexto europeu, posicionando-o como parceiro técnico credível na evolução dos modelos de mercado.

Em 2025, o OMIP SGMR manteve a responsabilidade pela organização dos leilões de Garantias de Origem da Produção em Regime Especial em Portugal, que continuam a afirmar-se como referência europeia. O volume leiloado atingiu 19 TWh e o contributo acumulado para as receitas do Sistema Elétrico Nacional ultrapassa já os 207 milhões de euros desde 2021.

Foram igualmente realizados quatro leilões de abastecimento da carteira do Comercializador de Último Recurso, totalizando 1,4 TWh. Iniciou-se ainda a organização dos Leilões PRG — Leilões a Prazo de Produção com Regime de Remuneração Garantida — baseados num modelo de vendedor único e múltiplos compradores, cujo volume negociado em 2025 ascendeu a 8,7 TWh.

O reforço contínuo do portefólio de produtos e serviços, a admissão de sete novos membros negociadores — elevando o total para 91 — e a reativação de diversos participantes confirmam a confiança do mercado.

O ano de 2026 antecipa-se exigente, mas igualmente repleto de oportunidades. O OMIP SGMR continuará a adaptar a sua oferta às necessidades emergentes do setor, incluindo produtos específicos para tecnologias renováveis, consolidando o seu papel como infraestrutura essencial ao funcionamento eficiente do mercado energético ibérico e ao reforço da integração europeia.

Num contexto de transformação estrutural, o Grupo mantém uma estratégia de prudência financeira, diversificação e flexibilidade operacional, assegurando a capacidade de resposta a um ambiente dinâmico e exigente.

Por fim, expresso o meu profundo reconhecimento a toda a equipa, incluindo os Administradores não executivos, pelo profissionalismo, dedicação e competência demonstrados ao longo do ano. Agradeço igualmente aos acionistas e todos os outros *stakeholders* que se relacionam com a empresa, pela confiança e o apoio contínuo, fundamentais para o cumprimento da nossa missão.

Destques do ano

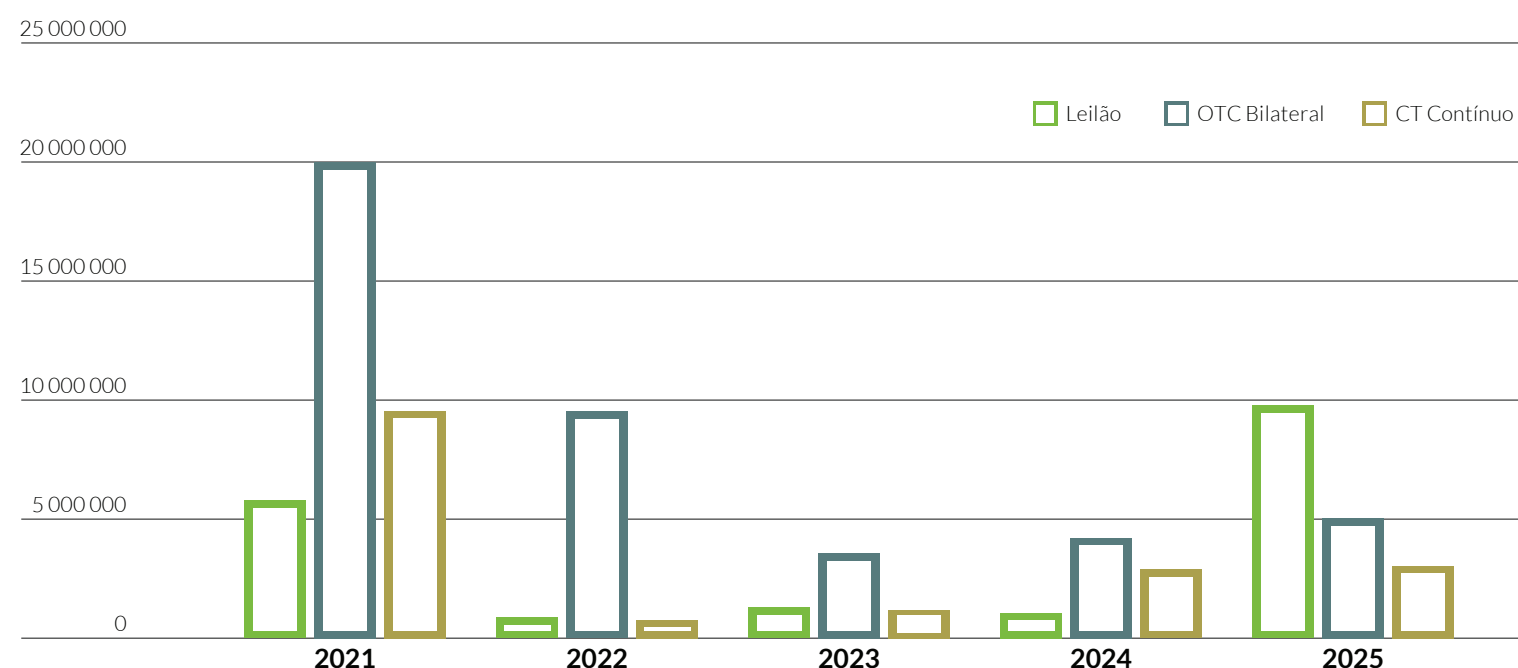


A EMPRESA

Números chave

01 VOLUMES NEGOCIADOS NO OMIP

Evolução anual 2021 – 2025 (TWh)

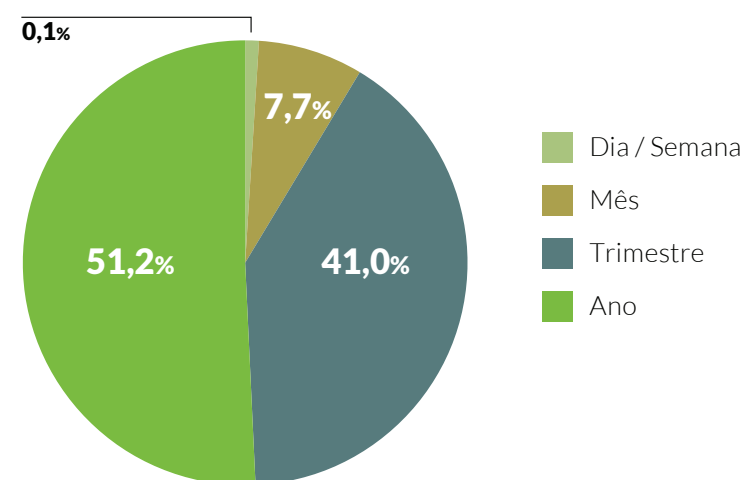


	2021	2022	2023	2024	2025
CT Contínuo	9 769 030	999 030	1 417 362	3 102 056	3 261 636
OTC Bilateral	20 222 974	9 748 926	3 801 945	4 436 678	5 267 330
Leilão	6 016 155	1 102 152	1 519 882	1 295 125	10 011 690
Total	36 008 159	11 850 108	6 739 189	8 833 859	18 540 656

	CT Contínuo	OTC Bilateral	Leilão	Total
▲ 2023 – 2024	▲ 119%	▲ 17%	▲ -15%	▲ 31%
▲ 2024 – 2025	▲ 5%	▲ 19%	▲ 673%	▲ 110%

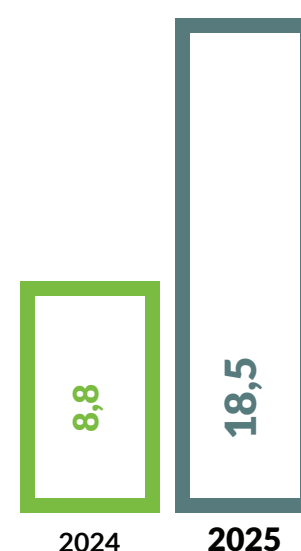
02 VOLUME NEGOCIADO POR MATURIDADE

Percentagem da negociação total (%) 2025

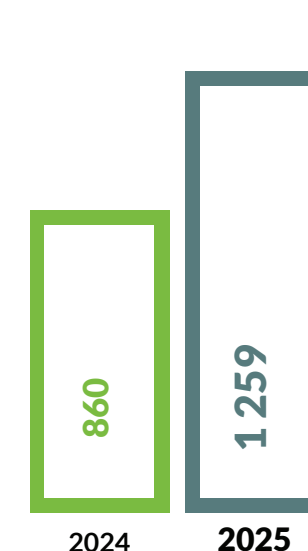


04 VOLUME TRANSAÇIONADO

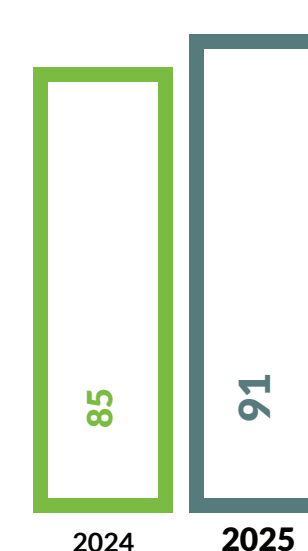
TWh



05 NÚMERO DE TRANSAÇÕES



06 NÚMERO DE PARTICIPANTES



03 A NOSSA EQUIPA

EQUIPA

15
PESSOAS

IDADE MÉDIA

41
ANOS

GÉNERO

33%
MULHERES

67%
HOMENS

LICENCIADOS

100%

Estrutura Acionista e Organização

Enquadramento

O Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República Portuguesa e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diários e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em abril de 2004, para

desempenhar as funções de contraparte central das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear desenvolvem as suas atividades ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respetivamente, como sociedade gestora de mercado regulamentado e de contraparte central, ambos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a coordenação do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e CNMV) e do sector energético (ERSE e CNMC) dos dois países.

Em 2025 o MIBEL enfrentou desafios significativos que criaram novos paradigmas para o setor da energia de um modo geral, nomeadamente, o apagão ibérico de 28 de abril de 2025. Este evento excepcional exigiu uma ação rápida do mercado, por forma a garantir a continuidade do negócio, o que veio demonstrar que o MIBEL tem papel crucial no mercado de derivados de energia na Península Ibérica.

Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se concebida para assegurar o regular e eficaz funcionamento do Mercado de Derivados do MIBEL e, simultaneamente, dar resposta a todas as solicitações recebidas, seja de participantes,

entidades supervisoras ou público em geral.

Para além dos recursos próprios, foram celebrados contratos de prestação de serviços com outras empresas pertencentes ao grupo OMI. Esta situação, dentro dos limites previstos na legislação aplicável, permite uma melhor afetação e gestão dos recursos disponíveis.

A 31 de dezembro de 2025, a sociedade contava com 15 colaboradores (cinco do sexo feminino e dez do sexo masculino). A este número acresce o Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções executivas.

OMI

Em 2011 deu-se efetiva concretização da estrutura societária do OMI, conforme previsto no Artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redação dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, o qual passou a prever que o OMI “será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respetivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados”. Na Figura 7 ilustra-se o modelo acordado.

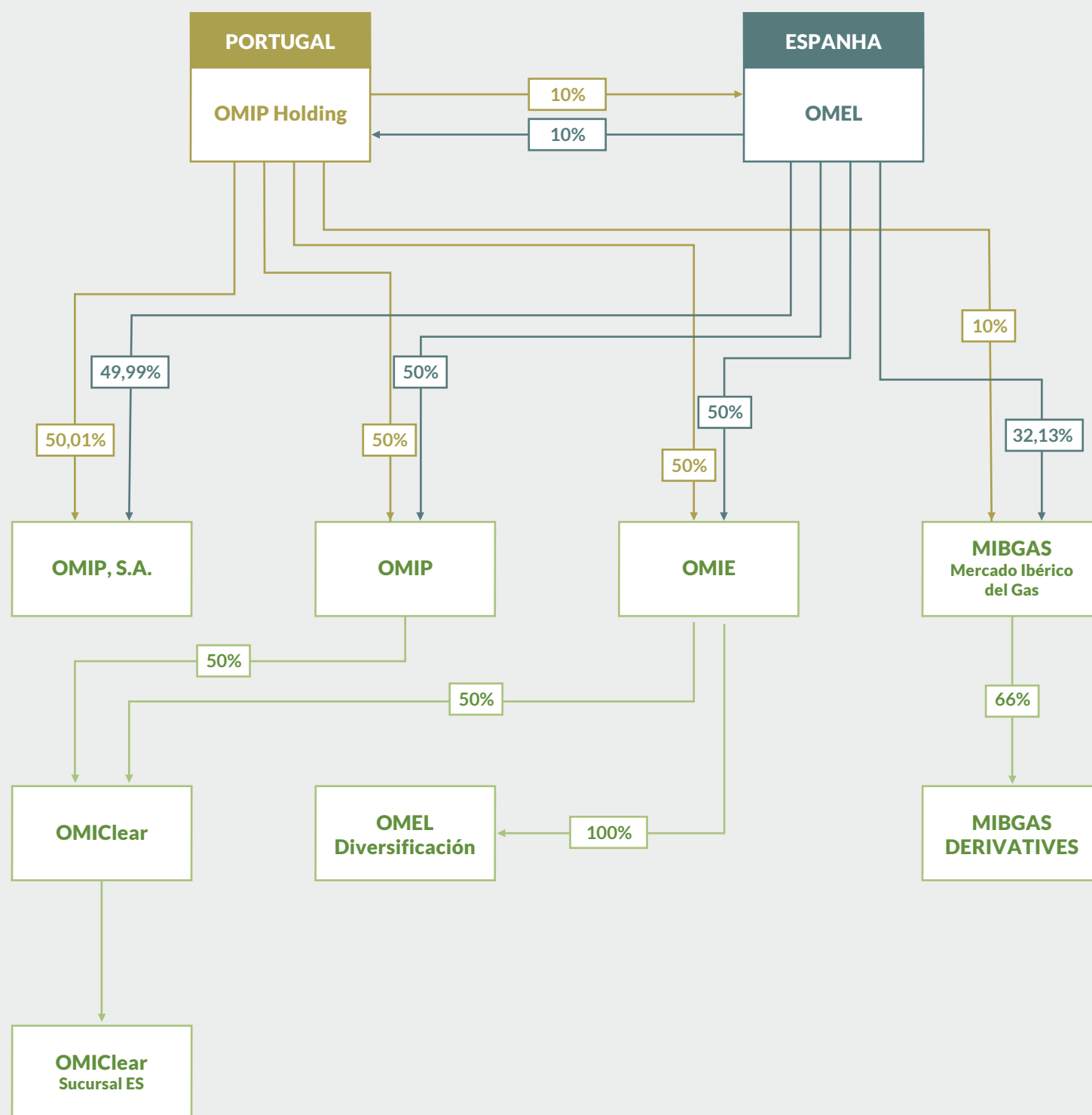
Nesse contexto, em 18 de outubro de 2011, as sociedades holding OMIP e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de

mercado OMIP e OMIE. Além disso, concretizou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Em 12 de Setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura acionista da OMIClear, a qual foi realizada por aumento de capital, concluindo-se, assim, o modelo para o OMI previsto no Acordo Internacional 2014 e 2015.

Foram anos de consolidação e de reorganização interna, em especial para adaptação aos requisitos prudenciais, organizacionais e de gestão de risco aplicáveis à atividade a OMIClear, situação que também teve impactos no OMIP.

07 ORGANOGRAMA DO OMI



ORGANIZAÇÃO

Acionistas

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A. (50%)

OMI – Polo Español, S.A. (50%)

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (TRIÉNIO 2024 – 2026)

Manuela Lopes dos Santos	Presidente
--------------------------	------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (TRIÉNIO 2024 – 2026)

Martim Bleck Vasconcelos e Sá ¹	Presidente
Maria Carmen Becerril Martinez	Vice-Presidente
Alvaro Manuel Polo Guerrero Cox T&I, S.L.	Vogal
Carlos Martin de los Santos Bernardos	
Marco Filipe Gomes Torres Lourenço Casqueiro Caixa Geral de Depósitos, S.A	Vogal
Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira EDP – Energias de Portugal, S.A.	Vogal
Adolfo Javier de Rueda Villén Endesa Generación Portugal, S.A.	Vogal
Angel David Garcia Garcia ² Naturgy Energy Group, S.A.	Vogal
Maria José Menéres Duarte Pacheco REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Vogal
Pedro Henriques Gomes Cabral REN Serviços, S.A.	Vogal
Ignacio Zumalave Freire	Vogal
Santiago Gómez Ramos	Vogal
Pedro Filipe Raio Félix	Secretário

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO/FISCAL ÚNICO (TRIÉNIO 2024 – 2026)

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC)	Efetivo
Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota (ROC)	Suplente

Participada

OMIClear, C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de € 7 500 000,00.

1. Renúncia com efeitos a 31 de dezembro de 2025.

2. Eleito no dia 13/02/2025. Cargo anteriormente exercido por Gregorio Jose Morales Schmid.

Contexto Económico

Evolução Económica

Em 2025, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9%, ficando ligeiramente aquém da meta de 2% frequentemente apontada e abaixo dos 2,1% alcançados em 2024. Manteve-se, assim, uma trajetória de expansão moderada, com o PIB a aumentar cerca de 1,9%, impulsionado sobretudo pela procura interna.

O consumo privado continuou a afirmar-se como o principal motor da atividade económica, apoiado pela melhoria gradual do rendimento disponível das famílias — designadamente através dos estímulos proporcionados pela redução das tabelas de retenção na fonte do IRS e pelo suplemento extraordinário aos pensionistas — e por um mercado de trabalho resiliente.

O investimento permaneceu em terreno positivo, sustentado pela execução dos fundos europeus, apesar de um enquadramento externo marcado por incerteza e por um contexto geopolítico particularmente desafiante.

Inflação e Condições Financeiras

A inflação em Portugal estabilizou em valores próximos de 2,2% em 2025, refletindo a normalização dos preços da energia e a dissipação gradual dos choques inflacionistas observados nos anos anteriores. Este enquadramento permitiu um ambiente de maior previsibilidade económica, embora as condições financeiras se tenham mantido relativamente restritivas ao longo do ano, em linha com a política monetária do Banco Central Europeu.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho manteve um desempenho sólido em 2025, com níveis de emprego elevados e uma taxa de desemprego em torno de 6%, próxima dos mínimos históricos. A criação líquida de emprego continuou a verificar-se sobretudo nos setores dos serviços e da indústria, sustentando o crescimento do consumo e contribuindo para a estabilidade económica.

Finanças Públicas

Após os excedentes registados em anos anteriores, as contas públicas evoluíram para um défice moderado em 2025. Ainda assim, o rácio da dívida pública manteve uma trajetória descendente, beneficiando do crescimento económico e de uma gestão orçamental prudente, reforçando a perceção de sustentabilidade das finanças públicas nacionais.

Enquadramento Internacional e Ibérico

No contexto europeu, Portugal voltou a apresentar um desempenho económico relativamente mais favorável face à média da Zona Euro, num cenário internacional marcado por crescimento moderado e persistentes riscos geopolíticos. A Península Ibérica manteve-se como uma das regiões com maior resiliência económica, apoiada pela dinâmica do consumo, do turismo e do investimento em setores estratégicos, incluindo a energia.

01

O crescimento da economia portuguesa situou-se em torno de 1,9% em 2025, refletindo uma evolução moderada da atividade económica, sustentada pela dinâmica da procura interna, em particular pela aceleração do consumo privado e do investimento.

02

A inflação evidenciou uma tendência de estabilização em níveis próximos do objetivo de 2%.

03

O consumo privado continuou a ser o principal motor do crescimento económico, apoiado pela resiliência do mercado de trabalho e pela evolução positiva do rendimento disponível das famílias.

04

O mercado de trabalho apresentou um desempenho robusto, com o emprego a atingir níveis máximos e a taxa de desemprego a permanecer em valores historicamente baixos.

05

As finanças públicas evoluíram para um défice orçamental moderado, após os excedentes registados em anos anteriores, mantendo-se, contudo, uma trajetória descendente do rácio da dívida pública.

06

A economia portuguesa continua exposta a riscos decorrentes de tensões geopolíticas internacionais e de um eventual abrandamento do crescimento do emprego, associado à redução dos fluxos migratórios.

07

No contexto internacional, o crescimento económico mundial manteve-se moderado, com a economia portuguesa a apresentar um desempenho relativamente mais favorável face à média da Zona Euro, apesar de persistirem riscos geopolíticos e económicos globais.

Contexto Energético

Produção e Consumo de Eletricidade

Em 2025, o consumo de energia elétrica em Portugal atingiu um novo máximo histórico, ultrapassando os 53,1 TWh, o que representa um acréscimo de 3,2% face ao ano anterior. Este valor constitui o registo anual mais elevado de sempre no Sistema Elétrico Nacional, superando em 1,7% o anterior máximo histórico, alcançado em 2010 (52,2 TWh). A produção de origem renovável assegurou 68% do consumo total, mantendo um peso predominante no mix elétrico. Ainda assim, o aumento da procura implicou um maior recurso ao gás natural, o que se traduziu num acréscimo de cerca de um milhão de toneladas de CO₂ associadas à produção de eletricidade.

Matriz de Geração e Renováveis

A produção de eletricidade de origem renovável atingiu 37 TWh, em comparação com 36,7 TWh no ano anterior. Ainda assim, o peso da eletricidade renovável no consumo total diminuiu, passando de cerca de 70% em 2024 para 68% em 2025.

A estrutura da produção elétrica em Portugal continuou a assentar

predominantemente nas fontes hídrica, eólica e solar, destacando-se o crescimento sustentado da energia solar. Esta ultrapassou os 6 GW de capacidade instalada e voltou a registar contributos recorde em vários meses de 2025.

Produção não renovável e Emissões

A produção de eletricidade não renovável, quase exclusivamente a partir de gás natural, totalizou 7,9 TWh, representando um acréscimo de 54% face ao ano anterior. Embora o gás natural continue a desempenhar um papel crítico para a segurança do abastecimento, a sua penetração tem vindo a diminuir ao longo dos anos devido à crescente disponibilidade de energia renovável e ao recurso à importação de eletricidade de Espanha. Em 2025, a necessidade de garantir a segurança do abastecimento, aliada ao aumento do consumo e a um crescimento das renováveis inferior à procura, levou a uma utilização mais intensa das centrais a gás natural.

Segurança de abastecimento Resiliência do Sistema

O apagão ocorrido em abril de 2025, que afetou o sistema elétrico da Península Ibérica, evidenciou os desafios associados à operação de um sistema cada vez mais complexo e interligado. Este episódio reforçou a necessidade de aumentar a resiliência da rede, a coordenação ibérica e os mecanismos de flexibilidade e resposta rápida. Em consequência, foram intensificadas as medidas de modernização das infraestruturas elétricas e de preparação para eventos extremos, com o objetivo de garantir a segurança do abastecimento num contexto de crescente integração de energias renováveis.

Mercado de Eletricidade e Enquadramento Regulatório

O mercado liberalizado de eletricidade manteve em 2025 uma elevada taxa de adesão, com a maioria dos consumidores a operar no mercado livre. O enquadramento regulatório nacional destacou-se pelo foco na flexibilidade, na digitalização e na implementação de novas regras relativas à mobilidade elétrica.

Ao nível europeu, avançou a implementação da reforma do mercado de eletricidade, destinada a reforçar a proteção dos consumidores e a estabilidade dos preços, nomeadamente através de contratos de longo prazo e da criação de mecanismos de mitigação dos riscos associados à volatilidade dos preços.

Enquadramento Ibérico

No contexto da Península Ibérica, Portugal e Espanha continuaram a destacar-se como líderes europeus na integração de energias renováveis, beneficiando de recursos naturais favoráveis e de uma forte expansão da capacidade instalada. Esta dinâmica reforçou a relevância dos mercados ibéricos de energia e a importância dos instrumentos de gestão de risco e de negociação a prazo no funcionamento eficiente do MIBEL.

01

Em 2025, o consumo de energia elétrica em Portugal atingiu um novo máximo histórico, ultrapassando os 53,1 TWh, 3,2% superior ao registado no ano anterior.

02

A produção de eletricidade a partir de fontes renováveis alcançou um valor absoluto recorde de 37 TWh. No entanto, a percentagem de eletricidade renovável no consumo baixou, passando de cerca de 70% em 2024 para 68% em 2025.

03

O mix de geração manteve-se assente principalmente nas tecnologias hídrica, eólica e solar, com a produção hidráulica a representar 27%, a eólica 25% e a solar 11% do consumo nacional.

04

Em 2025, a produção não renovável, maioritariamente a gás natural, aumentou 54% face ao ano anterior, sendo utilizada sobretudo para assegurar a flexibilidade e a segurança do abastecimento, face ao aumento do consumo e ao crescimento das renováveis inferior à procura.

05

O apagão ocorrido em abril de 2025, com impacto em toda a Península Ibérica, evidenciou os desafios operacionais de um sistema elétrico fortemente renovável e interligado, reforçando a importância da resiliência da rede e da coordenação ibérica.

06

O mercado liberalizado de eletricidade manteve uma elevada taxa de adesão, com a maioria dos consumidores a operar no mercado livre.

07

Ao nível europeu, avançou a implementação da reforma do mercado de eletricidade, promovendo estabilidade dos preços através de contratos de longo prazo e na criação de mecanismos de mitigação de riscos de volatilidade de preços.

Regulação

No âmbito da estratégia regulatória, a Comissão Europeia publicou a 4 de dezembro de 2025 o *Market Integration Package* (“MISP”), um pacote legislativo ambicioso para a integração de mercados. O objetivo é remover as barreiras transfronteiriças e a criação de um mercado único dos serviços financeiros, potenciando a diminuição dos custos transacionais, maior liquidez e a melhoria de oportunidades de financiamento das empresas e investidores. Entre as diversas medidas, está incluída: (i) a transferência para o MiFIR dos requisitos aplicáveis às plataformas de negociação atualmente previstos na MiFID II; (ii) a criação de uma licença única de “*Pan-European Market Operator*” (“PEMO”), com vista à redução de obstáculos regulatórios e operacionais; (iii) a adaptação do quadro regulatório no que se refere às tecnologias de livro distribuído (*Distributed Ledger Technology*, “DLT”). Em paralelo, está prevista a atribuição de poderes mais amplos de supervisão e fiscalização ao regulador a nível europeu, com a proposta de transferência para a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (“ESMA”) das competências de supervisão exercidas

atualmente pelas autoridades nacionais.

O ano 2025 ficou, ainda, marcado pela alteração dos períodos de negociação. Em particular, os mercados diários e intradiários passaram a transacionar em períodos de 15 minutos, tendo sido introduzida a terminologia de Unidade de Tempo de Mercado (UTM), alteração que obrigou ao ajuste das regras e dos sistemas.

Por sua vez, foi publicada a Decisão da Comissão Europeia 2025/1771 que definiu novas taxas às entidades de reporte para cobrir parte dos custos de monitorização por parte da ACER. Os atuais critérios de cálculo equilibram uma contribuição anual fixa com taxas variáveis baseadas no volume de transações reportadas e tem como finalidade a sustentação da capacidade de supervisão, face ao aumento dos resportes que foram efetuados nos anos precedentes.

Em resultado dos desafios em matéria da resiliência digital operacional no setor financeiro, salienta-se que o Regulamento (UE) 2022/2554 (DORA) entrou em vigor em 2025, mais concretamente a 17 de janeiro. Para assegurar a execução a nível nacional do DORA e traspasar a Diretiva (UE)

2022/2556, foi publicada a Lei n.º 73/2025, de 23 de dezembro, a qual assegura a implementação de atos jurídicos europeus no ordenamento jurídico nacional nas matérias acima referidas e aprova o respetivo regime sancionatório.

No âmbito da legislação nacional, o Regulamento da CMVM n.º 4/2025, de 16 de julho de 2025 introduziu um conjunto de alterações relevantes, nomeadamente a reestruturação do regime de deveres de informação e reporte à CMVM em harmonização com as normas europeias de prudência e transparência. De um modo geral, eliminaram o dever de divulgação de informação financeira dos primeiro e terceiro trimestres de cada ano de exercício e a previsão da obrigatoriedade de divulgação de informação no sítio da Internet da CMVM, denominado BUE.

Sistemas de informação

Em linha com os trabalhos realizados em anos transatos, durante o ano de 2025 a atividade da área de sistemas de informação do OMIP centrou-se nos seguintes vetores fundamentais:

Suporte e manutenção corretiva, preventiva e evolutiva das plataformas tecnológicas:

- Especificação e teste de novas funcionalidades e alteração de funcionalidades existentes;
- Coordenação e aplicação de alterações em ambientes produtivos e não-produtivos;
- Primeira linha de apoio na resolução de problemas técnicos (serviço helpdesk interno e externo);
- Execução de procedimentos diários de verificação de normal funcionamento dos sistemas e processos;
- Análise e adaptação a requisitos regulatórios.

Gestão da relação com fornecedores tecnológicos:

- Gestão de níveis e qualidade de serviço;
- Articulação entre fornecedores tecnológicos e departamentos operacionais;
- Manutenção de infraestrutura de suporte aos serviços técnicos.

Desenho, especificação, desenvolvimento e teste de novas soluções tecnológicas que suportam os serviços do OMIP.

Manutenção e incremento da segurança de informação:

- Verificação e atualização de documentação;
- Realização de tarefas de manutenção decorrentes das políticas e procedimentos de segurança;
- Participação em reuniões do comité de segurança e continuidade de negócio;
- Realização de testes periódicos a sistemas e infraestrutura;
- Mitigação de vulnerabilidades de software externo, através da atualização das versões de software usado;

Em 2025, a execução das atividades no âmbito dos vetores acima identificados, tiveram como foco os seguintes pontos:

- Desenvolvimento, com recurso a fornecedor externo, de uma nova plataforma de gestão de leilões (OMIPoint), que tem como finalidade suportar os

processos laterais aos leilões executados na empresa, nomeadamente, os subprocessos de comunicação, subprocessos de qualificação de candidatos para o leilão, a produção de relatórios, entre outros; no final de 2025 a plataforma estava em testes antes da entrada em produção.

- Desenvolvimentos, com recurso a fornecedor externo, para adaptações (finais) necessárias à plataforma OMIPrices para acomodar o lançamento de índices, como administrador de índices de referência, de Gás Natural e Electricidade (OBEE - OMIP Benchmarks for Energy and Environment).
- Desenvolvimentos internos de adaptação de processos existentes para tratamento e publicação de informação em base de dados internas e no serviço FTP, face às alterações do mercado SPOT europeu para resolução de 15 minutos (MTU15).
- Desenvolvimentos, com recurso a fornecedor externo, no site corporativo para acomodar

a publicação dos índices elétricos e de gás natural que começaram a ser publicados pelo OMIP como administrador de índices de referência e também relativamente à alteração do mercado SPOT ao MTU 15 minutos.

- Especificação, desenvolvimento e teste de alterações no Portal OLMC (Operador Logístico de Mudança de Comercializador), no total foram realizados mais de 10 desenvolvimentos evolutivos à plataforma com vista à sua contínua adaptação aos requisitos do negócio e melhorias necessárias;
- Continuação de trabalhos preparatórios com vista à atualização da arquitetura em que funciona a plataforma de negociação do OMIP – Trayport;

A segurança de informação (incluindo a cibersegurança) tem sido um dos focos do departamento não só para cumprir legislação aplicável (e.g. MIFID2 e DORA) ou a aplicar num futuro próximo (e.g. NIS2) mas também para salvaguardar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos serviços. Destacam-se os seguintes trabalhos que foram executados tendo

a colaboração do departamento de Sistemas de Informação:

- Análise e mitigação de riscos de eventos identificados pelo SIEM/SOC;
- Contributo técnico nas diferentes políticas e procedimentos internos do sistema de gestão de segurança de informação, com vista à sua adaptação à regulamentação DORA.
- Apoio à definição de nova versão da análise de risco de segurança de informação da empresa, mais precisamente a análise de risco TIC, de acordo com as exigências do DORA. Durante 2025 foram ainda iniciados os trabalhos de realização da análise de risco de acordo com o estipulado na nova versão.

- Decisão sobre solução, implementação apoiada por prestador de serviço e entrada em produtivo de solução de proteção de dispositivos (EDR) sobre todo o parque informático (postos de trabalho e servidores), dando cumprimento a uma das iniciativas do Plano Diretor de Cibersegurança;

- Implementação de uma solução de gestão e configuração de ativos (CMDB) com vista a dotar a empresa com uma plataforma que permite uma melhor gestão e controlo dos ativos.

Última nota relativa ao arranque dos trabalhos preparatórios nos sistemas de informação da empresa, no âmbito da mudança para as novas instalações corporativas, prevista para o início de 2026. No final de 2025, permaneciam em curso diversos processos de aquisição de ativos e de contratação de serviços, destinados a assegurar a plena adequação técnica da nova localização.

Outras atividades

Leilão de Banda de Reserva de Restabelecimento da frequência com ativação manual (mFRR)

A correta exploração do Sistema Elétrico Nacional (SEN), tanto do ponto de vista económico, como de garantia do abastecimento e segurança da operação no curto, médio e longo prazo, exige a existência de mecanismos de intervenção – Serviços de Sistema – que permitam ao Operador da Rede de Transporte (ORT) tomar as medidas necessárias para garantir a sua estabilidade a preços justos, tanto para os consumidores como para os fornecedores dos serviços e produtos que o ORT tem de adquirir para prover os Serviços de Sistema, em ambiente de mercado (serviços complementares ou *ancillary services*).

Neste contexto, o serviço de Banda de Reserva de Restabelecimento da frequência com ativação manual (mFRR) constitui uma das ferramentas de que dispõe o ORT para fazer face a incertezas associadas à geração e ao consumo, com o objetivo de manter dentro dos limites estabelecidos os parâmetros de segurança do SEN.

O serviço de Banda de Reserva de Restabelecimento da frequência com ativação manual (mFRR), introduzido pela Diretiva n.º 18/2023, de 22 de dezembro da ERSE, será fornecido ao sistema por consumidores, produtores e instalações de armazenamento habilitados para o efeito e surge da necessidade de complementar a reserva operacional do SEN, tornando-se assim essencial para assegurar a regularidade e estabilidade no fornecimento de eletricidade no SEN.

O OMIP foi a entidade selecionada pela REN para implantar um modelo de mercado, o qual consiste num processo de leilão competitivo transparente e não discriminatório, para adjudicação de Banda de mFRR às ofertas mais competitivas, o qual assume particular relevância para o funcionamento adequado do SEN.

Leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso (CUR)

O Regulamento de Relações Comerciais (RRC) e o Regulamento Tarifário (RT) consagram a separação das funções de compra e venda de energia elétrica para forne-

cimento dos clientes e de compra e venda de energia elétrica da Produção com regime de remuneração garantida. No caso específico da compra e venda de energia elétrica para fornecimento dos clientes, o RRC, no artigo 284.º, e a Diretiva n.º 13/2019 da ERSE, estabelecem que o CUR deve adquirir energia elétrica através de mecanismos regulados, expressamente previstos para o efeito. Complementarmente, o CUR deve também adquirir energia elétrica para abastecer os seus clientes em mercados organizados, designadamente em mercados organizados de contratação a prazo. O mecanismo regulado de contratação a prazo de energia elétrica para aprovisionamento do CUR assume a natureza de aquisição de contratos de futuros de produtos listados no mercado gerido pelo OMIP, através da negociação em leilão. Em 2025 realizaram-se quatro leilões executados pelo OMIP na plataforma OMIPlus.

Leilões a prazo de produção de eletricidade com regime de remuneração garantida ou outros regimes bonificados de apoio à remuneração por parte do agregador de último recurso (PRG)

Os leilões a prazo de produção de eletricidade com regime de remuneração garantida ou outros regimes bonificados de apoio à remuneração por parte do agregador de último recurso (Leilões PRG), cuja primeira execução ocorreu em 25 de março de 2025, seguem a linha de anteriores leilões para a colocação de energia adquirida pelo Comercializador de Último Recurso (CUR) a produtores em regime especial, nomeadamente os Leilões PRE.

Os leilões PRE realizaram-se entre dezembro de 2011 e dezembro de 2021, tendo obtido um estatuto ímpar no do mercado e reconhecimento como mecanismo de referência na promoção da liquidez, da concorrência no mercado grossista e retalhista, e de fomento e apoio à produção de origem renovável. Pode mesmo

afirmar-se que foi uma iniciativa pioneira em modelos de colocação de energia a prazo em mercado, a qual constitui um exemplo muito relevante para o desenvolvimento da produção renovável que as mais recentes decisões da Comissão Europeia visam incentivar.

A execução dos leilões PRE foi interrompida no início da crise energética ocorrida em 2021 e anos seguintes, pela instabilidade do mercado bem como por medidas administrativas com impacto no seu funcionamento, tendo nesse período ocorrido seis leilões extraordinários de aprovisionamento no âmbito do Regulamento n.º 951/2021, de 2 de novembro. Nestes leilões foi introduzida a modalidade de celebração de contratos bilaterais físicos entre o CUR e os agentes de mercado, com liquidação física, tendo a SU Eletricidade contado com o apoio do OMIP, o que permitiu dar resposta tempestiva à iniciativa da ERSE destinada a atender às necessidades prementes do mercado retalhista numa situação de grande tensão e de perigo de rotura.

O novo modelo dos leilões PRG integra as características principais das duas iniciativas anteriores, numa abordagem flexível que per-

mite agregar liquidez associada à diversidade dos intervenientes potenciais — membros do OMIP e agentes de mercado — beneficiando das sinergias da rede de distribuição do mercado do OMIP associada à estrutura de agentes de mercado do MIBEL.

No ano de 2025 foram executados quatro leilões PRG, com um volume total adjudicado de 8,7 TWh.

Direitos de utilização de capacidade (gás natural)

O mercado de natural requer infraestruturas de rede e terminais complexos, por onde se estabelecem os fluxos energéticos associados ao seu transporte, bem como de uma gestão centralizada dos sistemas assim constituídos. Neste contexto, o cálculo da atribuição e a gestão técnica e económica dos direitos de utilização dessas capacidades (DUCg) são matérias de particular relevância para o funcionamento adequado dos respetivos mercados. Nesse sentido, o OMIP foi contactado pela REN – Gasodutos, S.A. em 2013, com o intuito de colaborar na operacionalização dos novos mecanismos de atribuição de capacidade nas diferentes infra-

estruturas da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), explorando o conceito de contratação ex-ante dos Direitos de Utilização de Capacidade (DUC) nas infra-estruturas do gás natural, em emissão primária e em mercado secundário.

De acordo com o Artigo 30.º do Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural (RA-RII) - versão 2021 -, deveriam ser utilizados mecanismos objetivos e transparentes, não discriminatórios, baseados em critérios de mercado, que fornecessem sinais económicos eficazes aos agentes de mercado envolvidos e que satisfizessem os demais princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 714/2009, de 13 de julho. Assim, o OMIP presta à REN, desde setembro de 2013, serviços nesta área (DUCg): participou ativamente no desenho inicial e instalação da solução, em estreita colaboração com a REN, tendo assegurado, a partir daí, todas as atividades e funções previstas, nomeadamente a formação dos agentes, a configuração e disponibilização de plataformas tecnológicas, bem como a operação do mercado primário e do mercado secundário. Em 2018

deu-se o alargamento dos leilões de atribuição primária aos produtos Intradiário (realização de 24 leilões de envelope fechado por dia na plataforma Trayport, todos os dias do ano). Em 2021 entra em operação o Mercado Secundário, disponível em duas modalidades de negociação: contínuo e OTC. Neste ano, houve ainda um alargamento do leque de produtos disponibilizados, com a oferta do novo serviço de flexibilidade no linepack.

Em setembro de 2024 a REN adjudicou novo contrato ao OMIP para fornecimento destes serviços para o período outubro 2024 – setembro 2026. Nesse âmbito, cabe assinalar que, no ano de 2025, realizaram-se 5 leilões de resolução de congestionamento para os produtos anual e trimestrais de flexibilidade no linepack, na plataforma de leilões OMI-Plus.

Desenvolvimento do projeto GPMC/OLMC

O OMIP foi pioneiro no lançamento do processo de mudança de comercializador, tendo desenvolvido e assegurado a exploração e a gestão da plataforma informática e_Switch, com o objetivo de

suportar, de forma célere, transparente e segura, os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal. A participação do OMIP nesta mudança estrutural, resultou de um acordo celebrado com a REN Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás natural.

O ano de 2017 foi marcado pela publicação da Lei n.º 42/2016, de 16 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017, nos termos do artigo 172.º e prevê a criação do OLMC no âmbito do sistema elétrico nacional e do sistema nacional do gás natural, o que, em termos práticos e no sector do GN, implicará a passagem das funções de GPMC GN da REN Gasodutos para a Adene.

O Decreto-Lei N.º 38/2017, de 31 de março, estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de OLMC e incumbe a agência para a Energia (ADENE) do respetivo exercício, de acordo com o artigo 2.º, protelando nos termos do artigo 11.º, a transferência para o OLMC, nomeadamente, do sistema de informação de suporte ao exercício da função GPMC.

Nesse contexto, no início de 2018 ocorreu a cedência de posição contratual pela REN Gasodutos à ADENE, continuando assim o OMIP a assegurar as mesmas funções que assegurava sob a alçada da REN Gasodutos, no âmbito do projeto GPMC/OLMC. Deu-se também a transferência da plataforma e_Switch e do FTP (suporte ao processo de atribuição de tarifa social e acesso massificado aos dados do RPE) do GPMC para a infraestrutura da Adene.

Já sob a nova tutela da Adene, cabe ainda assinalar a inclusão do Mercado Regulado na plataforma e_Switch.

Em abril de 2018 iniciou-se um processo de especificação e desenvolvimento de uma plataforma eletrónica logística que desse suporte aos vários procedimentos relacionados com o processo de mudança de comercializador no sector do gás natural e da eletricidade (Portal OLMC).

O portal OLMC viria a iniciar operações em meados de 2019,

inicialmente apenas na vertente do gás natural, tendo a integração dos processos de suporte à mudança de comercializador na eletricidade ocorrido em finais de 2020. Foram também desenvolvidas atividades no âmbito da disponibilização dos novos modelos de reporte trimestral definidos pela entidade reguladora (ERSE).

O OMIP tem vindo a assegurar a respetiva operação e manutenção da plataforma desde o início.

Em setembro de 2024, a Adene lançou um concurso público internacional, com vista a seleccionar o próximo prestador de serviços de operação e manutenção do Portal OLMC, num âmbito de prestação de serviço mais alargado e prevendo uma maior alocação de recursos técnicos, para um período de 3 anos. O procedimento concursal estendeu-se até ao final de 2025, tendo o OMIP concorrido e ganhado. O início da prestação de serviços ao abrigo do novo contrato deu-se em novembro de 2025.

Leilões de Garantias de Origem

O OMIP é a entidade responsável pela operacionalização dos Leilões de Garantias de Origem em Portugal, que tiveram início em julho de 2021. Com base no Decreto-Lei nº 141/2010, de 31 de dezembro, cujo âmbito abrange as garantias de origem relativas à produção de eletricidade a partir de fontes renováveis provenientes de centrais electroprodutoras que beneficiem de um regime de apoio ao preço ou de um incentivo ao investimento, são nesses termos entregues pelos produtores à Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) para serem colocadas à disposição do mercado. As referidas Garantias de Origem são objeto de transação através de um mecanismo de leilão competitivo — Leilões GO-PT. O modelo aplicável aos Leilões GO-PT é concretizado nas respetivas regras, que descrevem o processo e o papel das diferentes entidades envolvidas, nomeadamente:

- Direção-Geral de Energia e

Geologia (DGEG), através do CUR e do OMIP, coloca à disposição do mercado as GO com regime de apoio ao preço ou ao investimento;

- Entidade Emissora de Garantias de Origem (EEGO) é a entidade responsável pela liquidação física das garantias de origem transacionadas nos Leilões GO-PT;
- SU ELETRICIDADE (CUR) é a entidade responsável pela liquidação financeira e faturação das receitas dos Leilões GO-PT;
- OMIP – Pólo Português, S.G.M.R. (OMIP) é a entidade responsável pela operacionalização dos Leilões GO-PT;
- OMIP, S.A. (OMIP SA) é a entidade responsável pela gestão das garantias financeiras exigidas para a qualificação nos Leilões GO-PT.

O modelo dos leilões adotado foi o de relógio ascendente, sendo executado na plataforma OMI-Plus gerida pelo OMIP. As garantias de origem foram agrupadas

em lotes segundo os critérios de tecnologia (solar, eólica, hídrica, térmica) e período de produção. Os leilões rapidamente suscitaram grande relevância e interesse do mercado, atraindo participantes de vários países europeus e sendo hoje um mercado de referência.

No total, foram realizados 7 leilões até ao final do ano 2025, tendo sido adjudicada a quantidade leiloadada em todos os leilões, representando um volume total de 19 TWh. Os resultados líquidos da atividade nos leilões de Garantias de Origem são registados como proveitos do Sistema Elétrico Nacional, pelo que o elevado nível de participação se traduziu em poupança para os consumidores portugueses de 207 milhões euros desde o início do processo em 2021. Este resultado vem confirmar uma vez mais o nível de excelência do OMIP na organização e gestão de leilões, e coloca a empresa como pioneira no desenho e implantação de soluções inovadoras na resposta

aos exigentes desafios constantes da transição energética, os quais foram assumidos com grande ambição pelo Governo de Portugal.

DESEMPENHO

Evolução do Mercado

MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

Em 2025, o OMIP continuou a trabalhar em conjunto com os seus membros no desenvolvimento de novos produtos e serviços adaptados às necessidades dos seus clientes. Reforçaram-se os esforços comerciais com o objetivo de alargar o contacto com um maior número de empresas, bem como de aprofundar e desenvolver novos produtos que potenciem o mercado ibérico de energia.

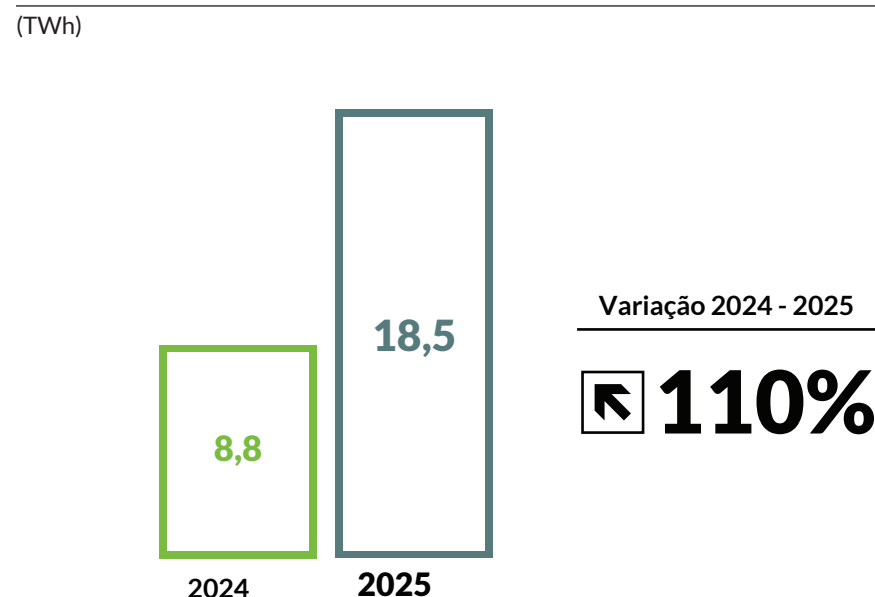
O OMIP registou em 2025 um volume total negociado de 18,5 TWh, face aos 8,8 TWh em 2024, o que representa um aumento de 110%.

Analisando os volumes negociados numa base anual, constata-se que em 2025 o volume negociado aumentou. Foi negociado no mercado, em Ecrã e Registo de Bilaterais, um valor de 18,5 TWh. Este aumento teve um impacto mais significativo nos volumes negociados em leilão, com a realização do Leilão PRG.

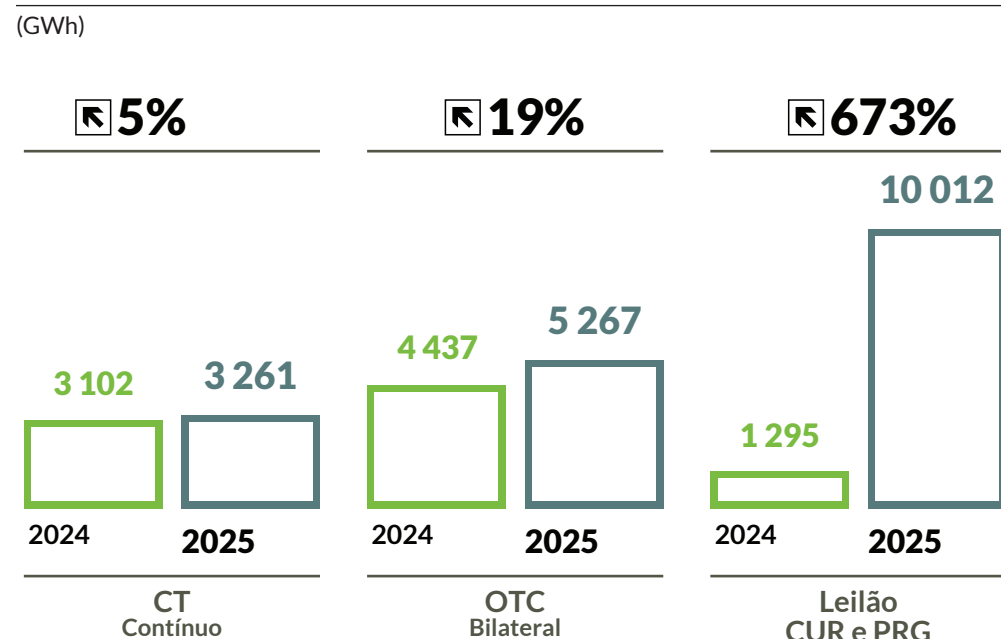
No que diz respeito ao mercado contínuo e aos volumes registados nos contratos bilaterais, verificou-se um crescimento de 5% e 19%, respetivamente, em comparação com os volumes de 2024.

No que diz respeito aos volumes de Leilão, em 2025, o OMIP organizou

08 VOLUME TOTAL NEGOCIADO



09 VOLUMES NEGOCIADOS NO OMIP



quatro leilões de compra do Comercializador de Último Recurso (CUR) em Portugal, com um volume total negociado de 1,4 TWh. Do mesmo modo, realizaram-se quatro leilões a prazo de produção de eletricidade com regime de remuneração garantida (PRG), atingindo um volume total negociado de 8,7 TWh.

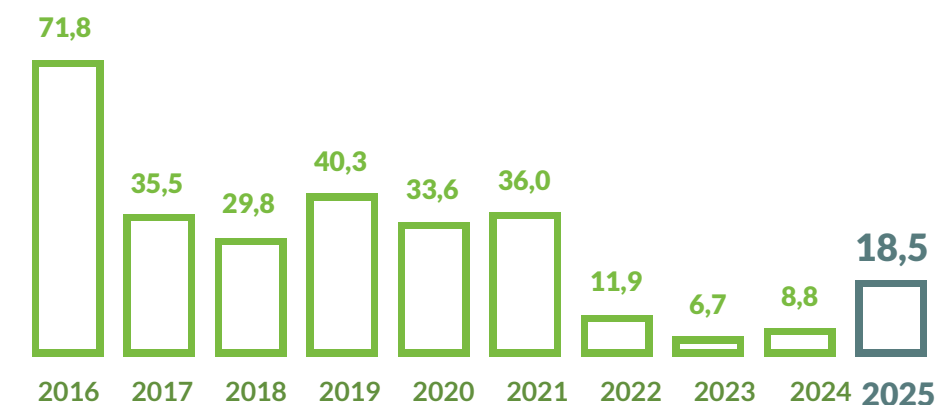
Em 2025, os mercados europeus apresentaram sinais de crescimento, refletindo-se também no desempenho do OMIP. O aumento dos volumes — tanto no mercado contínuo como nos contratos bilaterais —, aliado ao interesse crescente de novos membros negociadores, reforça a consolidação do OMIP como a bolsa de energia de referência na Península Ibérica.

O MIBEL tem-se consolidado como um exemplo de integração dos mercados elétricos, proporcionando benefícios significativos tanto para os consumidores como para o setor energético ibérico. Em 2025, registou-se um aumento de 2,8% no consumo de eletricidade na Península Ibérica em relação ao ano anterior.

De forma geral, o MIBEL tem desempenhado um papel fundamental na evolução do mercado de derivados de energia na Península Ibérica, promovendo um mercado mais competitivo, transparente e plenamente integrado.

10 EVOLUÇÃO DOS VOLUMES NEGOCIADOS NO OMIP

Evolução anual, 2016 – 2025 (TWh)



11 PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

	2024	2025
Volume transacionado (TWh)	8,8	18,5
Número de transações	860	1 259
Número de participantes	85	91

No primeiro trimestre, o OMIP realizou o primeiro leilão de produção de eletricidade com regime de remuneração garantida ou outros regimes bonificados de apoio à remuneração, promovido pelo Agregador de Último Recurso (PRG). Estes leilões constituem uma excelente oportunidade para os participantes do mercado que desejam fixar o preço de compra da sua energia, reduzindo a exposição à

volatilidade natural do mercado elétrico. Além disso, contribuem de forma significativa para o aumento da liquidez do mercado a prazo.

Reforçando o seu compromisso com a transparência e a inovação, o OMIP lançou igualmente, no ano passado, os *OMIP Benchmarks for Energy and Environment (OBEE)*. O OMIP foi qualificado pela CMVM

DESEMPENHO

como “Administrador de Índices de Referência”, assegurando a qualidade, exatidão e integridade dos índices publicados. Os índices OBEE incorporam diversas métricas do mercado elétrico nas respetivas zonas de entrega, sendo utilizados quer para efeitos de liquidação e referência em mercados organizados, quer no âmbito da contratação bilateral, reforçando a credibilidade, a transparência e a consistência das operações de mercado.

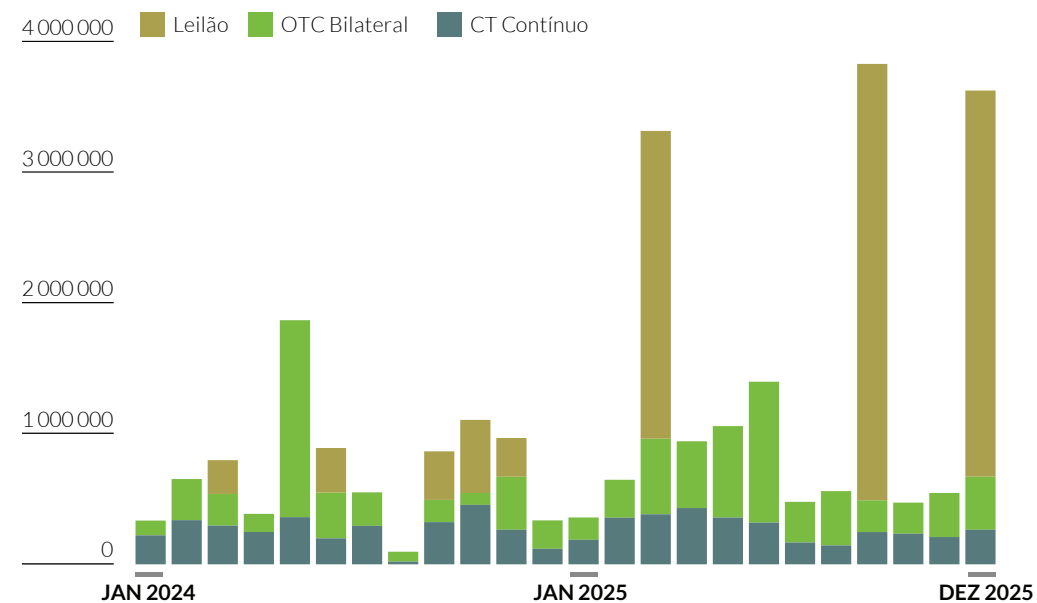
No último trimestre do ano, o OMIP disponibilizou a cada *trader* registado o acesso à nova plataforma *Request for Quote* (RFQ). Desenvolvida pela Trayport para o OMIP, esta plataforma permite solicitar preços firmes a *traders* de mercado específicos para uma ampla gama de produtos a prazo, incluindo contratos anuais, PPA para Espanha (perfil base e solar), contratos anuais de gás natural PVB com liquidação financeira, bem como instrumentos combinados personalizados sob pedido. A plataforma RFQ foi concebida especificamente para facilitar a descoberta de preços em determinados produtos e volumes mínimos, reforçando a eficiência e a transparência do mercado.

O OMIP reafirma assim o seu compromisso e a sua atuação ativa na integração dos mercados europeus de eletricidade e gás natural, promovendo o desenvolvimento do mercado ibérico e assegurando os princípios da transparência e da eficiência.

No que respeita aos volumes negociados, destacam-se os meses

12 VOLUME DE ENERGIA NEGOCIADA EM MERCADO

(MWh)



de março, junho, setembro e dezembro, que registaram os valores mais elevados, refletindo a forte concentração de transações associadas à realização dos leilões do CUR e, de forma particularmente relevante, do PRG. Estes leilões assumiram um papel central no dinamismo do mercado, sendo determinantes para o aumento da atividade e para o significativo crescimento dos volumes transacionados. Em termos de volumes médios, foram transacionados mensalmente cerca de 1,5 TWh, mais do que duplicando os 0,7 TWh registados em 2024.

Na Figura 13, observa-se que 68% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas na Península Ibérica, percentagem superior à registada em 2024, que se situou nos 62%. Este resultado evidencia

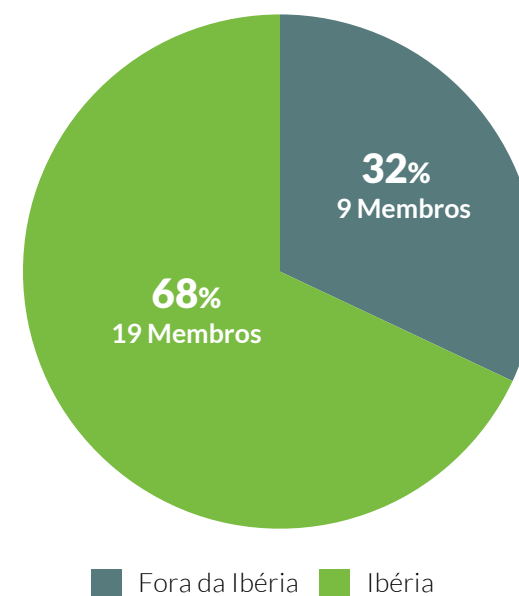
o reforço da participação das entidades ibéricas nos mercados de negociação a prazo no âmbito do MIBEL.

Em 2025, os três principais agentes do mercado foram responsáveis por cerca de 51% do volume total negociado, registando-se uma ligeira diminuição face aos 52% de 2024. Este dado evidencia que a distribuição do volume negociado continua a refletir um mercado de eletricidade competitivo na Península Ibérica. Apesar da participação dos principais intervenientes se manter elevada, o mercado mantém-se equilibrado e competitivo.

Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os contratos anuais foram os mais transacio-

13 QUOTA DE MERCADO

Por domiciliação do membro negociador



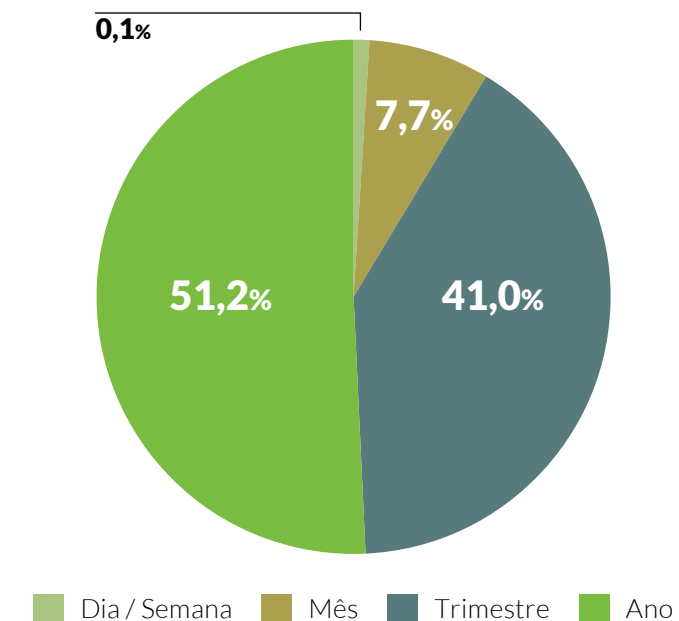
nados com cerca de 51% do total do portfólio disponível no OMIP, seguido pelos trimestrais e pelos mensais, 41% e 8% respetivamente. Os instrumentos de curta maturidade não tiveram expressão ao longo do ano.

Relativamente ao número de participantes, em 2025 registou-se um aumento com a admissão de 7 novos membros negociadores. Para além dos processos de admissão ocorreu também um processo de cessação de membros negociadores.

A 31 de dezembro de 2025, a lista de participantes do OMIP incluía 76 membros negociadores por conta própria (CP), 4 membros com capacidade de negociar por terceiros (CT) e 11 intermediários de operações bilaterais (IOB).

14 PESO DO VOLUME NEGOCIADO

Por tipo de maturidade



A distribuição geográfica dos membros revela dois principais focos de atividade. Na Península Ibérica, com destaque para Espanha, onde predominam entidades ligadas à produção e comercializa-

ção de eletricidade. O outro foco está no Reino Unido e é maioritariamente composto por bancos, fundos de investimento e outras instituições financeiras.

15 PARTICIPANTES NO FINAL DE 2025

Origem	CP	CT	IOB
Espanha	47	1	1
Portugal	11	–	–
Reino Unido	6	–	6
Alemanha	3	1	1
Suíça	6	–	–
França	1	1	2
Noruega	–	1	1
Dinamarca	1	–	–
Itália	1	–	–
Total	76	4	11
Ibéricos	58	1	1
Não Ibéricos	18	3	10

DESEMPENHO

PARTICIPANTES DO MERCADO DE DERIVADOS NO FINAL DE 2025

Entidade	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Acciona Green Energy Developments, S.L	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alpiq AG	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Altano Energy S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Antuko Energia S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Arraco Global Markets Ltd	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
AXPO Iberia, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Banco Santander, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Barbosa World Brass, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
BGC Brokers L.P.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
BP Gas Marketing Limited	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capwatt Supply & Trading, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Céltica Energia, S.L	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CIMD - Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Citadel Energy Investments (Ireland) DAC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comercializadora Regulada, Gas & Power, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Danske Commodities, A/S	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dreue Electric, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ecochoice, S.A	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDF Trading Limited	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDP - Energias de Portugal	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDP España, S.A.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDP GEM Portugal, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Endesa Energía XXI, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Endesa Energía, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Endesa Generación, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energía DLR Comercializadora, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Energia Nufri, SLU	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enforresco S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ENGNSOL SAS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Engie Global Markets SASU	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eni Global Energy Markets SpA	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Enmacc GmbH	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Evergreen Electrica S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Factor Energía S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fenie Energía S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foener Energía, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortia Energía Servicios, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fortia Energía, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Freepoint Commodities Europe LLP	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Galp Gás Natural, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gas Natural Comercializadora S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gaselec Diversificación, S.L	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GeoAtlantier S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gesternova, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Entidade	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
GFI Brokers Ltd.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Gnera Energía y Tecnología, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Goldman Sachs Bank Europe SE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Griffin Markets	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Gunvor International B.V., Amsterdam, Geneva Branch	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
HEN - Serviços Energéticos, Lda.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iberdrola Energía España, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ICAP Energy, AS	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Ignis Energía, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ingeniería y Comercialización del Gas S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jafplus Energía, Lda	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Kyonynsys Century S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Laboil Energía, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ledesma Comercializadora Eléctrica, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lonjas Tecnologia, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Macquarie Bank Limited	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Marex Spectron International Limited	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
MEO Energia - Comercialização de Energia, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercuria Energy Trading, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MET International AG	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MOEVE GAS AND POWER, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Naturgy Commodities Trading	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nexus Energía, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Petrogal, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Régsiti Comercializadora Regulada S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Renta4 Banco, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Repsol Trading, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RWE Suply & Trading GmbH	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SEEIT Energia, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Shell Energy Europe Ltd.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SU Eletricidade, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SWAP Energía, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Switch Energy, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Telecor, S.A.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TotalEnergies Gas and Power Ltd	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
TP ICAP (Europe)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
TP ICAP E&C Limited - Tullett Prebon	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
TrailStone GmbH	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Uniper Global Commodities SE	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vertsel Energía, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Viesgo Renovables, S.L.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Villar Mir Energía, S.L.U.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vitol, S.A.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DESEMPENHO

ORIGEM DOS PARTICIPANTES

A distribuição geográfica dos membros revela dois principais focos de atividade. Na Península Ibérica, com destaque para Espanha, onde predominam entidades ligadas à produção e comercialização de eletricidade. O outro está no Reino Unido e é maioritariamente composto por bancos, fundos de investimento e outras instituições financeiras.

ALEMANHA

- Enmacc GmbH
- Goldman Sachs Bank Europe SE
- RWE Suply & Trading GmbH
- TrailStone GmbH
- Uniper Global Commodities SE

DINAMARCA

- Danske Commodities, A/S

ESPAÑA

- Acciona Green Energy Developments, S.L
- Altano Energy S.L.
- Antuko Energia S.L.
- AXPO Iberia, S.L.U.
- Banco Santander, S.A.
- Capwatt Supply & Trading, S.L.U.
- Céltica Energía, S.L
- Cepsa Gas y Electricidad, S.A.
- CIMD - Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A
- Comercializadora Regulada, Gas & Power, S.A.
- Dreue Electric, S.L.
- EDP España, S.A.U.
- Endesa Energía XXI, S.L.
- Endesa Energía, S.A.
- Endesa Generación, S.A.
- Energía DLR Comercializadora, S.L.
- Energía Nufri, SLU
- Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.
- Evergreen Electrica S.L.
- Factor Energía S.A.
- Fenie Energía S.A.
- Foener Energía, S.L.U.
- Fortia Energía Servicios, S.L.
- Fortia Energía, S.L.
- Gas Natural Comercializadora S.A.
- Gaselec Diversificación, S.L
- GeoAtlanter S.L.
- Gesternova, S.A.
- Gnera Energía y Tecnología, S.L.
- Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.
- Iberdrola Energía España, S.A.
- Ignis Energía, S.L.
- Ingeniería y Comercialización del Gas S.A.
- Kyonynsys Century S.L.U.
- Laboil Energía, S.L.
- Ledesma Comercializadora Eléctrica, S.L.
- Lonjas Tecnologia, S.A.
- Naturgy Commodities Trading
- Nexus Energía, S.A.
- Régsiti Comercializadora Regulada S.L.U.
- Renta4 Banco, S.A.
- Repsol Trading, S.A.

- SWAP Energía, S.A.
- Switch Energy, S.L.
- Telecor, S.A.U.
- Vertsel Energía, S.L.U.
- Viesgo Comercializadora de Referencia, S.L.
- Viesgo Renovables, S.L.
- Villar Mir Energía, S.L.U.

FRANÇA

- Engie Global Markets SASU
- TP ICAP (Europe)
- TP ICAP E&C Limited - Tullett Prebon

ITÁLIA

- Eni Global Energy Markets SpA

NORUEGA

- ICAP Energy, AS

PORTUGAL

- Barbosa World Brass, S.A.
- Ecochoice, S.A
- EDP - Energias de Portugal
- EDP GEM Portugal, S.A.
- Enforcesco S.A.
- Galp Gás Natural, S.A.
- HEN - Serviços Energéticos, Lda.
- Jafplus Energia, Lda
- MEO Energia - Comercialização de Energia, S.A.
- Petrogal, S.A.
- SU Eletricidade, S.A.

REINO UNIDO

- Arraco Global Markets Ltd
- BGC Brokers L.P.
- BP Gas Marketing Limited
- Citadel Energy Investments (Ireland) DAC
- EDF Trading Limited
- Freepoint Commodities Europe LLP
- GFI Brokers Ltd.
- Griffin Markets
- ICAP Energy, Ltd
- Macquarie Bank Limited
- Marex Spectron International Limited
- SEEIT Energia, S.L.
- Shell Energy Europe Ltd.

SUÍÇA

- Alpiq AG
- Mercuria Energy Trading, S.A.
- MET International AG
- TotalEnergies Gas and Power Ltd
- Vitol, S.A.

ESPAÑA

PORTUGAL

REINO UNIDO

NORUEGA

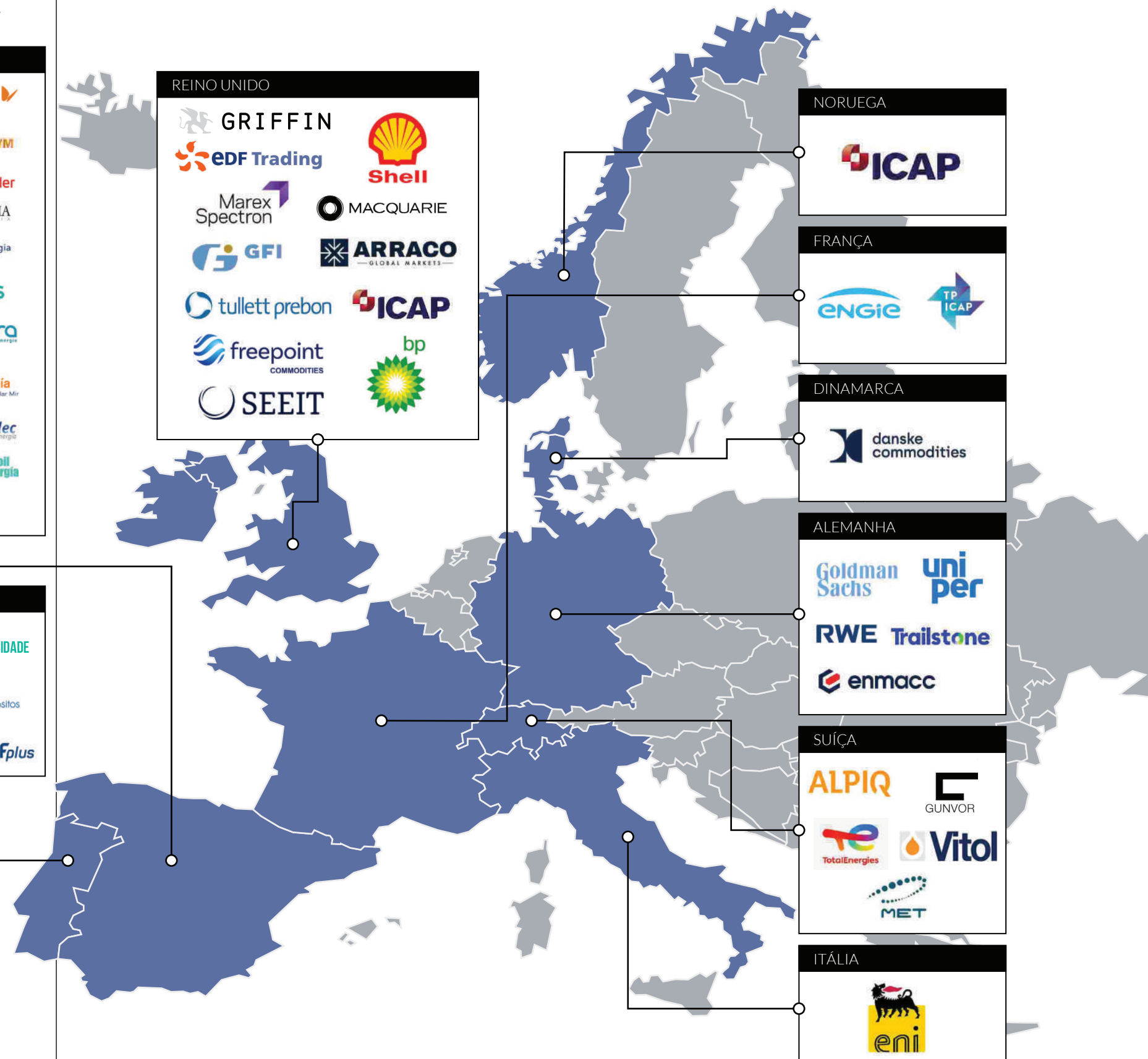
FRANÇA

DINAMARCA

ALEMANHA

SUÍÇA

ITÁLIA



Perspetivas para 2026

Os primeiros meses de 2026 foram marcados por ajustamentos relevantes nos mercados energéticos europeus. Observou-se uma moderação dos preços da eletricidade e do gás natural, refletindo um contexto de relativa estabilização face aos níveis registados nos anos mais recentes.

Nos mercados do gás natural, os contratos diários do PVB e do TTF apresentaram, nos dois primeiros meses do ano, valores médios de 32€/MWh e 33€/MWh, respetivamente, situando-se ainda em patamares inferiores aos observados em períodos de maior pressão sobre os mercados. Em paralelo, o preço das licenças de emissão de CO₂ registou uma valorização significativa, atingindo 92,24 €/t a 16 de janeiro de 2026, o nível mais elevado dos últimos três anos.

Num mercado marginalista, em que o preço de curto prazo é cada vez mais influenciado pelas tecnologias renováveis e menos pelos ciclos combinados, e apesar do elevado preço das licenças de emissão de CO₂, os preços da eletricidade — tanto no mercado spot como nos contratos de futuros, nomeadamente o Q+1 (Front Quarter) — registaram, nos primeiros meses do ano, níveis médios de 35 €/MWh, valor inferior aos 53 €/MWh observados no período homólogo do ano anterior.

O enquadramento global permanece, contudo, exigente. A persistência de tensões geopolíticas e a incerteza económica internacional continuam a influenciar diretamente os mercados energéticos, condicionando decisões de investimento e estratégias de cobertura. A volatilidade continua a exigir níveis elevados de sofisticação técnica e de gestão de risco por parte dos intervenientes no mercado.

Simultaneamente, a evolução estrutural do sistema elétrico europeu coloca novos desafios, nomeadamente a crescente frequência de preços nulos ou negativos em períodos de elevada produção renovável. Estes fenómenos têm impactos relevantes na sustentabilidade económica de novos projetos, em particular no segmento fotovoltaico, reforçando a importância de mercados líquidos, instrumentos de cobertura eficazes e investimentos complementares em armazenamento, redes e eletrificação do consumo.

Neste enquadramento, o OMIP SGMR continuará a acompanhar de forma próxima a evolução do setor, ajustando a sua atuação para reforçar a resiliência, a eficiência e a capacidade de resposta do mercado.

No plano regulamentar, o Regulamento (UE) 2022/2554 relativo à

resiliência operacional digital do setor financeiro (DORA), aplicável desde janeiro de 2025, continuará a ter impacto relevante na organização e nos processos internos do OMIP SGMR, exigindo um reforço contínuo das capacidades técnicas e operacionais necessárias para assegurar elevados padrões de resiliência digital.

É de assinalar também o clima de incerteza que se vive ao nível do modelo europeu para os mercados de energia defendido pela União Europeia. Para o mercado a prazo, está em avaliação o modelo de *Virtual Trading Hub* proposto pela ACER, sendo também públicas várias intervenções de possíveis alterações substanciais do modelo de mercado europeu.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio e à evolução da atividade em 2026, destacam-se as seguintes linhas de atuação:

- Evolução contínua do portefólio de produtos em articulação com as necessidades dos participantes do mercado;
- Acompanhamento ativo do redesenho do mercado europeu da energia, em particular no que respeita ao desenvolvimento de instrumentos de contratação a prazo, como contratos por diferença (CFDs) e acordos de compra de energia (PPAs);

- Participação na operacionalização de novos leilões de energia associados à transição energética, incluindo iniciativas como eólico offshore e mecanismos de reserva de produção;
- Desenvolvimento de novos índices associados à produção renovável, nomeadamente eólica e armazenamento de energia;
- Desenvolvimento de mecanismos de leilão para garantias de origem de gases renováveis;
- Manutenção da organização de leilões de garantias de origem de eletricidade, com alargamento progressivo ao segmento de garantias de origem de mercado;
- Continuação da organização dos leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso (CUR) e dos Leilões de Produção com Remuneração Garantida (PRG);
- Continuidade e desenvolvimento dos serviços associados ao processo de mudança de comercializador nos mercados de eletricidade e gás natural;
- Manutenção de elevados padrões de serviço e reforço do posicionamento como infraestrutura de referência, explo-

rando simultaneamente novas áreas de negócio e serviços complementares;

- Reforço da base de participantes, com crescimento do número de membros negociadores e intermediários;
- Consolidação da recuperação da atividade e dos volumes negociados face aos níveis mínimos observados em 2023;
- Continuidade e desenvolvimento dos serviços associados às formações do mercado ibérico de energia;
- Assegurar alto nível de serviço, manter o reconhecimento e notoriedade como a bolsa de referência, bem como explorar novas áreas de negócio e serviços complementares.
- Participação nas organizações relevantes do setor, ao nível nacional e europeu.

Ao longo do primeiro trimestre, o OMIP SGMR mudará para novas instalações, reforçando a eficiência operacional e criando condições adequadas para responder às necessidades atuais e futuras, apoiando a concretização dos objetivos estratégicos do ano.

Neste contexto, manterá elevados padrões de eficiência e inovação, orientando a sua atuação para res-

ponder às crescentes necessidades dos seus membros e às transformações estruturais do setor energético.

Paralelamente, continuará a desempenhar um papel ativo nas iniciativas nacionais e internacionais do setor, quer através da participação nas instituições de que faz parte, quer pela promoção de projetos próprios que contribuam para o desenvolvimento de um mercado ibérico cada vez mais integrado, eficiente e alinhado com as exigências dos seus membros e *stakeholders*.

DESEMPENHO

Sustentabilidade

CONSTRUIR SOCIEDADES E MERCADOS MAIS SUSTENTÁVEIS E RESILIENTES

O Grupo OMI, do qual o OMIP é parte integrante, está firmemente comprometido com a Agenda 2030 e com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Foi aprovado o seu IIº Plano de Sustentabilidade (2023-2024-2025), que aprofunda a implementação das ações que formam a nossa estratégia de sustentabilidade a longo prazo, estando a mesma alinhada com os objetivos de descarbonização da UE para 2030 e 2050.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE IIº Plano de Sustentabilidade (2023-2024-2025)

O Plano de Sustentabilidade estrutura-se em quatro áreas de ação:

- Bom Governo
- Pessoas
- Sociedade
- Grupos de Interesse e Inovação

O seu objetivo é garantir que a nossa atividade possa ser realizada promovendo a criação de valor sustentável para os nossos grupos de interesse, profissionais, fornecedores e acionistas, impulsionando um modelo de negócio responsável, inculcando condutas responsáveis a todos os níveis da organização e, em suma, fomentando um modelo de negócio em que convirjam as vertentes de sustentabilidade económica, social e ambiental.



Exemplos

O Plano de Sustentabilidade do OMIP dá continuidade à implementação do primeiro Plano de Sustentabilidade do Grupo OMI, com o objetivo de reforçar as ações concretas nas áreas de BOM GOVERNO, PESSOAS, SOCIEDADE E GRUPOS DE INTERESSE, e INOVAÇÃO, alinhando-se aos objetivos das empresas para 2025.

No que diz respeito ao BOM GOVERNO e conscientes da importância de promover uma marca com uma postura positiva, coerente e consistente, foram desenvolvidos trabalhos de uniformização e renovação de documentos, plataformas e apresentações, com o objetivo de projetar e consolidar a notoriedade da marca OMIP no mercado.

No pilar das PESSOAS, ao longo do ano foram realizados três eventos corporativos internos, com o objetivo de promover e fortalecer a cultura organizacional. Destaca-se a participação na Corrida Mimosa pela Vida, organizada para assinalar o Dia da Mulher, promovendo um estilo de vida saudável, o bem-estar, o espírito de equipa e a solidariedade, com parte das receitas a reverter para a Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Manteve-se a política de teletrabalho, permitindo aos colaboradores trabalhar remotamente dois dias por semana, de acordo com as necessidades de cada direção. Para além disso, foi atribuído um dia de férias no aniversário de cada colaborador, como forma de reconhecer e valorizar o seu bem-estar pessoal.

No pilar da SOCIEDADE E GRUPOS DE INTERESSE, o OMIP esteve presente em diversas apresentações públicas e conferências, com o intuito de divulgar a Marca, os seus negócios e produtos. Destaca-se a realização do 39º Comité de Membros, na ilha de São Miguel nos Açores, e da Semana de Natal do OMIP, em Madrid. No âmbito da ação social, foram feitas doações ao Instituto de Apoio à Infância e às Aldeias Infantis SOS. Durante a época natalícia, o OMIP, em colaboração com ONGs – Comunidade Vida e Paz, organizou a entrega de cabazes de Natal.

No campo da INOVAÇÃO e no apoio à transição energética, o OMIP continuou a ter uma atuação de referência na organização dos Leilões de Garantias de Origem Portuguesas (GO-PT).

OMIP oferece-lhe soluções
inovadoras para a gestão do preço
da sua energia



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, deliberou propor que o resultado líquido do período de 2025, no valor positivo de € 654 935 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta e cinco euros), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	€ 65 494,00
Para Distribuição de Dividendos.....	€ 250 000,00
Para Resultados Transitados.....	€ 339 441,00

Lisboa, 24 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martim Bleck Vasconcelos e Sá ¹	Presidente
Maria Carmen Becerril Martinez.....	Vice-Presidente
Alvaro Manuel Polo Guerrero.....	Vogal
Cox T&I, S.L.	
Carlos Martin de los Santos Bernardos.....	Vogal
Marco Filipe Gomes Torres Lourenço Casqueiro.....	Vogal
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	
Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira.....	Vogal
EDP - Energias de Portugal, S.A.	
Adolfo Javier de Rueda Villén.....	Vogal
Endesa Generación Portugal, S.A.	
Angel David Garcia Garcia ²	Vogal
Naturgy Energy Group, S.A.	
Maria José Menéres Duarte Pacheco.....	Vogal
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	
Pedro Henriques Gomes Cabral.....	Vogal
REN Serviços, S.A.	
Ignacio Zumalave Freire.....	Vogal
Santiago Gómez Ramos.....	Vogal
Pedro Filipe Raio Félix.....	Secretário

1. Renúncia com efeitos a 31 de dezembro de 2025

2. Eleito no dia 13/02/2025. Cargo anteriormente exercido por Gregorio Jose Morales Schmid.

A inovação contínua e a capacidade de adaptação às dinâmicas do setor fazem parte do ADN do OMIP



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Balanço

Unidade: Euros

	Nota	31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	9 056	3 696
Ativos intangíveis	8	87 917	122 939
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial	9	6 321 804	6 467 564
Outros Investimentos financeiros	10	6 522	8 122
		6 425 299	6 602 322
Corrente			
Clientes	11	64 016	334 236
Outros créditos a receber	12	809 595	345 722
Diferimentos	13	60 220	58 040
Caixa e depósitos bancários	5	1 682 567	1 722 977
		2 616 398	2 460 975
Total do ativo		9 041 697	9 063 296
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14	2 500 000	2 500 000
Prémio de emissão	15	1 193 711	1 193 711
Reservas legais	16	770 996	687 724
Ajustamentos/Outras variações nocapital próprio	17	1 114 928	1 114 928
Resultados transitados		2 064 197	1 964 751
		7 643 832	7 461 114
Resultado líquido do período		654 935	832 718
Total do capital próprio		8 298 767	8 293 832
PASSIVO			
Corrente			
Fornecedores	18	117 678	123 228
Estado e outros entes públicos	19	155 001	252 896
Outras dívidas a pagar	20	470 251	393 340
		742 930	769 464
Total do passivo		742 930	769 464
Total do capital próprio e do passivo		9 041 697	9 063 296

As notas das páginas 56 a 71 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

Unidade: Euros

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31-12-2025	31-12-2024
Vendas e serviços prestados	21	3 419 238	3 205 935
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias	9	79 240	311 864
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 268 193)	(1 163 408)
Gastos com o pessoal	23	(1 614 921)	(1 495 274)
Outros rendimentos	24	412 344	386 099
Outros gastos	25	(105 009)	(113 863)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		922 699	1 131 353
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização		(82 324)	(137 031)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		840 375	994 322
Juros e rendimentos similares obtidos		12 453	23 028
Resultados antes de impostos		852 828	1 017 350
Imposto sobre o rendimento do período	27	(197 893)	(184 632)
Resultado líquido do período		654 935	832 718
Resultado por ação básico		2,62	3,33

As notas das páginas 56 a 71 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração das alterações no capital próprio

Unidade: Euros

	Nota	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Ajustamentos em ativos financeiros	"Resultados transitados"	Resultado líquido do período	Total
Posição no início de 2024		2 500 000	1 193 711	597 677	1 114 928	1 704 333	900 465	8 011 114
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		–	–	90 047	–	810 418	(900 465)	–
		–	–	90 047	–	810 418	(900 465)	–
Resultado líquido do período		–	–	–	–	–	832 718	832 718
Resultado integral		–	–	–	–	–	832 718	832 718
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	28	–	–	–	–	(550 000)	–	(550 000)
		–	–	–	–	(550 000)	–	(550 000)
Posição no fim de 2024		2 500 000	1 193 711	687 724	1 114 928	1 964 751	832 718	8 293 832
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		–	–	83 272	–	749 446	(832 718)	–
		–	–	83 272	–	749 446	(832 718)	–
Resultado líquido do período		–	–	–	–	–	654 935	654 935
Resultado integral		–	–	–	–	–	654 935	654 935
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	28	–	–	–	–	(650 000)	–	(650 000)
Outras variações		–	–	–	–	–	–	–
		–	–	–	–	(650 000)	–	(650 000)
Posição a 31 de dezembro de 2025		2 500 000	1 193 711	770 996	1 114 928	2 064 197	654 935	8 298 767

As notas das páginas 56 a 71 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Fluxos de caixa

Unidade: Euros

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	31-12-2025	31-12-2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 240 836	4 104 367,60
Pagamentos a fornecedores		(1 888 698)	(1 426 373)
Pagamentos ao pessoal		(1 542 653)	(1 449 938)
Caixa gerada pelas operações		809 484	1 228 056
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(211 963)	(129 791)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(179 561)	(283 282)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		417 961	814 983
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9 609)	(2 785)
Ativos fixos intangíveis		(33 099)	(67 428)
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	9	225 000	450 000
Juros e rendimentos similares		9 339	17 271
Imobilizações incorpóreas		–	–
Fluxos de caixa das atividades de investimento		191 631	397 058
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	28	(650 000)	(550 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(650 000)	(550 000)
Variação de caixa e seus equivalentes		(40 408)	662 041
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	1 722 977	1 060 936
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	1 682 567	1 722 976

As notas das páginas 56 a 71 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade e período de relato

O OMIP — Pólo Português, S.G.M.R., S.A., cuja anterior denominação era OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respetiva escritura pública sido assinada em 16 de junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Desde 18 de outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), S.A. (OMIP), e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL).

Até 12 de setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das ações representativas do capital social da empresa, OMIClear, C.C., S.A. (OMIClear), que tem como objeto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação. Atualmente detem 50% das ações.

Desde meados de 2021, o OMIP – Pólo Português, SGMR, SA é o responsável pela operação dos leilões das garantias de origem da energia elétrica produzida em Portugal a partir de fontes renováveis.

O Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de Dezembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 60/2020 de 17 de Agosto) prevê

que produtores entreguem à Direção-Geral de Energia e Geologia as Garantias de Origem relativas à produção de energia a partir de fontes renováveis que:

(i) beneficiem de um regime de apoio direto ao preço ou; (ii) beneficiem de um incentivo ao investimento, ou produzida ao abrigo de um contrato de aquisição de energia (CAE) ou de um acordo de cessação antecipada de um CAE.

As referidas Garantias de Origem são objeto de transação através de um mecanismo de leilão competitivo — **Leilões GO-PT**. O modelo aplicável aos Leilões GO-PT é concretizado nas respetivas regras, que descrevem o processo e o papel das diferentes entidades envolvidas, nomeadamente:

- A Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), através do CUR e do OMIP, coloca à disposição do mercado as GO com regime de apoio ao preço ou ao investimento.
- A SU Eletricidade (CUR) é a entidade responsável pela liquidação financeira e faturação das receitas dos Leilões GO-PT.
- O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R. (OMIP) é a entidade responsável pela gestão da participação e operacionalização dos Leilões GO-PT.
- O OMIP, S.A. (OMIP SA) é a entidade responsável pela gestão das garantias financeiras exigidas para a qualificação nos Leilões GO-PT.
- A Entidade Emissora de Garantias de Origem (EEGO) é a entidade responsável pela liquidação física das garantias de origem transacionadas nos Leilões GO-PT.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 24 de março de 2026, estando ainda sujeitas a aprovação por parte dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas à data de 31 de dezembro de 2025.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo OMIP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que

pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.18.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Participações financeiras – Empresas Associadas

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus

patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são refletidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respetivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

4.2. Conversão cambial

4.2.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do OMIP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

4.2.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos

na Demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados, se relacionadas com financiamentos ou em Outros rendimentos ou outros gastos, para todos os outros saldos / transações.

4.2.3. Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, divulgadas pelo Banco de Portugal, foram como segue:

Moeda	31-12-25	31-12-24
USD	1,1750	1,0389
GBP	0,8726	0,8292

4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

	ANOS
Equipamento de transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.4. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados ao preço de compra, incluindo as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento

A empresa reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros. Esses ativos são valorizados, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme previsto pela NCRF 6 – Ativos intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. O desenvolvimento da plataforma de leilões encontra-se a ser amortizado pelo período de 3 anos.

4.5. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.6. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo

com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outros créditos a receber”. O ajustamento pela imparidade de créditos a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

4.7. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio do OMIP, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

4.8. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

4.9. Capital subscrito

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.10. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços

sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.11. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

4.12. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria coletável até € 50 000, aplicando-se a taxa de 20% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites

fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

4.13. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o OMIP tem: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o OMIP divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflète a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da atividade do OMIP. Os réditos são apresentados lí-

quidos de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a devoluções de vendas, descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré ou pronto pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução dos réditos, os quais são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos apropriados. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para o OMIP; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

4.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas do OMIP é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus sócios.

4.17. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

4.18. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do OMIP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor

contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

4.18.1. Provisões

O OMIP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.18.2. Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação / amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações / amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

4.18.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do OMIP, tais como: (i) a disponibilidade futura de financiamento; e (ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao OMIP.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.19. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

5. Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

OOMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	887	887
Depósitos bancários	1 681 680	1 722 090
	1 682 567	1 722 977

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Numerário		
- Caixa	887	887
	887	887
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1 681 680	1 722 090
	1 681 680	1 722 090
	1 682 567	1 722 977

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações nas normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo OMIP.

6.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2024			
Custo de aquisição	43 089	1 763 011	1 806 100
Depreciações acumuladas	(43 089)	(1 760 278)	(1 803 367)
Valor líquido	—	2 733	2 733
Transferências e Abates	—	2 422	2 422
Depreciação - período	—	(1 459)	(1 459)
Valor líquido	—	3 697	3 696
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	43 089	1 765 433	1 808 522
Depreciações acumuladas	(43 089)	(1 761 737)	(1 804 826)
Valor líquido	—	3 696	3 696

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados na rubrica de ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2025			
Custo de aquisição	43 089	1 765 433	1 808 522
Depreciações acumuladas	(43 089)	(1 761 737)	(1 804 826)
Valor líquido	—	3 696	3 696
Adições	—	7 812	7 812
Depreciação - período	—	(2 452)	(2 452)
Valor líquido	0	9 056	9 056
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	43 089	1 773 245	1 816 334
Depreciações acumuladas	(43 089)	(1 764 189)	(1 807 278)
Valor líquido	—	9 056	9 056

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos / reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

As adições em ativos fixos tangíveis realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2025 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em equipamento.

A 31 de dezembro de 2025, as amortizações ascenderam a 2 452 Euros.

8. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas de ativo fixo intangível foram como se segue:

	Projetos de Desenvolvimento	Total
1 de janeiro de 2024		
Custo de aquisição	524 618	524 618
Depreciações acumuladas	(321 646)	(321 646)
Valor líquido	202 972	202 972
Adições	55 539	55 539
Depreciação – período	(135 572)	(135 572)
Valor líquido	122 939	122 939
31 de dezembro de 2024		
Custo de aquisição	580 157	580 157
Depreciações acumuladas	(457 218)	(457 218)
Valor líquido	122 939	122 939

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados na rubrica de ativos fixos intangíveis foram como segue:

	Projetos de Desenvolvimento	Total
1 de janeiro de 2025		
Custo de aquisição	580 157	580 157
Depreciações acumuladas	(457 218)	(457 218)
Valor líquido	122 939	122 939
Adições	44 850	44 850
Depreciação – período	(79 872)	(79 872)
Valor líquido	87 917	87 917
31 de dezembro de 2025		
Custo de aquisição	625 007	625 007
Depreciações acumuladas	(537 090)	(537 090)
Valor líquido	87 917	87 917

A adição de projetos de desenvolvimento está relacionado com o desenvolvimento da plataforma de leilões.

A 31 de dezembro de 2025, as depreciações de ativos intangíveis ascenderam a 79 872 euros.

9. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o investimento em empresas associadas corresponde a 50% do capital da OMIClear – C.C., S.A.

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
	OMIClear	OMIClear
Ativos		
Não correntes	578 192	560 356
Correntes	816 429 065	725 573 501
	817 007 257	726 133 857
Passivos		
Não correntes	110 000	110 000
Correntes	804 253 647	713 088 727
	804 363 647	713 198 727
Capital Próprio	12 643 610	12 935 130
Atividade no ano		
Rendimentos	4 428 507	4 789 690
Gastos	(4 270 027)	(4 165 962)
Resultado líquido	158 480	623 728
% participação detida	50%	50%
	79 240	311 864

A movimentação da participação financeira nos períodos apresentados é como segue:

	OMIClear
1 de janeiro de 2024	6 605 700
Dividendos recebidos	(450 000)
Ganhos / (Perdas)	311 864
31 de dezembro de 2024	6 467 564
Dividendos recebidos	(225 000)
Ganhos / (Perdas)	79 240
31 de dezembro de 2025	6 321 804

Em 2025 foram recebidos dividendos por parte da OMIClear no valor de 225 000 Euros (2024: 450 000 Euros).

10. Outros investimentos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se às contribuições mensais efetuadas pela Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei nº 70/2013.

A 31 de dezembro de 2025, o total do fundo de compensação de trabalho ascende a 6 522 Euros.

11. Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes – Partes relacionadas (nota 32)	30 701	–	30 701	257 001	–	257 001
Clientes – Terceiros	33 315	–	33 315	77 235	–	77 235
	64 016	–	64 016	334 236	–	334 236
Imparidade	–	–	–	–	–	–
	64 016	–	64 016	334 236	–	334 236

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. Outros Créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica de créditos a receber é como segue:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros Devedores						
OMIClear (Nota 32)	231 623	–	231 623	73 718	–	73 718
OMIP Holding (Nota 32)	119	–	119	–	–	–
OMIP SA (Nota 31)	32 074	–	32 074	–	–	–
REN - Gasodutos (Nota 32)	76 954	–	76 954	43 854	–	43 854
REN Rede Elétrica Nacional (Nota 32)	13 917	–	13 917	13 917	–	13 917
Caução Adene	115 150	–	115 150	28 100	–	28 100
Outros	140	–	140	140	–	140
Acréscimos de rendimentos						
Outros	339 618	–	339 618	185 993	–	185 993
	809 595	–	809 595	345 722	–	345 722
Imparidade	–	–	–	–	–	–
	809 595	–	809 595	345 722	–	345 722

Detalhe dos outros acréscimos de rendimentos:

DETALHE DOS OUTROS ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	31-12-2025	31-12-2024
Acréscimo de GPMC	83 800	30 500
MGEN	29 469	–
REMIT	–	2 500
Acréscimo da EEX	22 591	73 096
Leilões	60 000	78 000
Contrato OMIPSA	84 797	–
Duc's	55 245	–
OMIClear	3 108	–
Outros	608	1 897
	339 618	185 993

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

13. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o OMIP tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

ATIVOS	31-12-2025	31-12-2024
Seguros	5 669	5 611
Quotas	821	2 101
Bloomberg	6 441	7 097
Outros	47 289	43 231
	60 220	58 040

14. Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social do OMIP, no montante de €2 500 000, encontra-se totalmente realizado e é composto por 250 000 ações, de valor nominal de €10 cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

ATIVOS	% participação	Capital
OMIP	50%	1 250 000
OMEL	50%	1 250 000
	100%	2 500 000

15. Prémio de emissão

Os prémios de emissão, no montante de 1 193 711 Euros, resultaram de um aumento de capital social ocorrido em 2004 com a entrada do OMEL no capital da Empresa e um reforço de capital do anterior acionista REN. Posteriormente, parte deste valor foi utilizado para fazer face a um aumento de capital.

16. Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2025 esta reserva ascende a 770 996 Euros (2024: 687 724 Euros).

17. Ajustamentos no capital próprio

O montante de 1 114 928 Euros evidenciado nesta rubrica corresponde à reavaliação da OMIClear após a venda de 50% efetuada pelo OMIP ao OMIE em setembro de 2013.

18. Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Fornecedores	117 678	123 228
	117 678	123 228

19. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos referentes às rubricas de Estado são como segue:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento – IRC	–	61 532	–	117 471
Imposto sobre o rendimento – IRS	–	27 683	–	24 827
Imposto sobre o valor acrescentado – IVA	–	38 083	–	91 439
Contribuições para a segurança social	–	27 703	–	19 159
	–	155 001	–	252 896

Para os períodos apresentados o saldo do Imposto sobre o rendimento – IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2025	31-12-2024
Pagamento por conta	133 248	61 404
Retenções na fonte	3 113	5 757
Estimativa de IRC	(197 893)	(184 632)
	(61 532)	(117 471)

20. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	31-12-2025			31-12-2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros credores						
Outros	9 633	–	9 633	17 340	–	17 340
	9 633	–	9 633	17 340	–	17 340
Credores por acréscimos de gastos						
Gastos com o pessoal	324 384	–	324 384	288 246	–	288 246
Outros	136 234	–	136 234	87 754	–	87 754
	460 618	–	460 618	376 000	–	376 000
	470 251	–	470 251	393 340	–	393 340

21. Serviços prestados

O montante de Serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Licenças e Informação	859 115	862 419
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	704 168	752 403
Fees de admissão e manutenção	491 292	431 040
Leilões de Garantias de Origem	403 000	298 000
Serviços prestados no âmbito da Electricidade	287 103	317 266
REMIT (Nota 32)	280 000	285 100
Fees variáveis	264 960	127 106
Market Monitoring (Nota 32)	120 000	120 000
Formação	9 600	12 600
	3 419 238	3 205 935

Nesta rubrica verificamos aumento em termos gerais. Salientamos como principais aumentos os (i) Serviços no âmbito das operações de mercado, (ii) Serviços prestados no âmbito do gás natural e da Electricidade.

Nas rubricas REMIT e *Market Monitoring* está incluído um contrato com a OMIClear no valor de 250 000 Euros e com o OMIE no valor de 120 000 Euros, respetivamente.

Na Rubrica Licenças e Informação está incluído licenças e FTP (584 115 Euros) e a EEX (275 000 Euros) (2024: Licenças e FTP (534 646 Euros) e EEX (327 774 Euros)). Nesta rubrica juntamente com os fees de admissão e manutenção e fees variáveis,

temos para a SU Electricidade o valor de 192 834 Euros e para a EDP GEM Portugal temos o valor de 73 102 Euros.

Nas rubricas serviços prestados no âmbito do gás natural está incluída o valor do contrato Direitos de Utilização de Capacidade (Duc's) no valor de 220 980.

Na rubrica serviços prestados no âmbito da electricidade está incluída (i) Leilões banda de reserva no valor de 171 000 Euros à Ren Rede Elétrica Nacional e; (ii) Leilões PRE e CUR no valor de 232 000 Euros à SU Electricidade

A rubrica Leilões de Origem é faturada na íntegra à SU Electricidade.

22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Trabalhos especializados	1 007 747	928 309
Rendas e outras despesas de escritório	130 861	111 282
Deslocações e estadas	59 916	69 379
Seguros	19 917	19 369
Honorários	5 000	5 500
Comissões e serviços bancários	2 072	2 300
Outros	42 680	27 270
	1 268 193	1 163 408

A rubrica mais relevante dos fornecimentos e serviços externos são os trabalhos especializados, os quais incluem: (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas, e; (ii) *fees* de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo ao OMIP.

A rubrica de trabalhos especializados sofreu um aumento, devido a ajustes dos fornecedores Premium Minds e Trayport e, alguns serviços esporádicos no âmbito da implementação da legislação DORA (*Digital Operational Resilience Act*).

Ainda nesta rubrica, no âmbito de contratos de prestação de serviços intragrupo, estão incluídos os valores 46 293 Euros para a OMIClear e 17 581 Euros para o OMIP Holding.

23. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Remunerações		
Orgãos sociais	283 812	279 594
Pessoal	1 028 221	922 982
	1 312 033	1 202 576
Encargos sobre remunerações	270 586	263 598
Outros	32 302	29 100
	302 888	292 698
	1 614 921	1 495 274

O número médio de colaboradores do OMIP em 2025 foi de 15 (2024: 13).

O aumento da rubrica custos com o pessoal, deve-se a ajustes salariais e admissão de colaboradores.

24. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Contrato OMIP Holding (Nota 32)	27 746	27 746
Contrato OMIClear (Nota 32)	230 000	230 000
Contrato OMIP SA (Nota 32)	149 354	127 836
Outros	5 244	517
	412 344	386 099

A rubrica *Fees* de gestão inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar recursos humanos para serem afetos a trabalhos decorrentes da atividade dessas empresas.

25. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Custos com operações de mercado	56 617	35 454
Quotizações	34 543	40 204
Impostos	3 033	24 002
Outros	10 816	14 203
	105 009	113 863

A rubrica de Custos com operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*Market Makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas de mercado. A variação registada resulta do facto de em 2025 os volumes de negociação terem sido superiores ao ano de 2024. Encontra-se igualmente incluído nestes custos uma comissão que a CMVM começou a cobrar em 2018, a qual varia igualmente de acordo com o volume negociado.

A rubrica Quotizações inclui os gastos que a Empresa suportou durante o ano de 2025 e 2024 por ser associada de entidades do sector, como a Associação Portuguesa de Energia, APEX (*Association of Power Exchanges*) e o EUROPEX, entre outras.

26. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos períodos de 2025 e 2024 é como se segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Juros e rendimentos similares		
Juros de depósitos	12 453	23 028
	12 453	23 028

27. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2025	31-12-2024
Imposto sobre o rendimento corrente	197 893	184 632
	197 893	184 632

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 16% até €50 000, para o restante valor da coleta 20% e a derrama de 1,5% (2024: 17% até € 50 000, para o restante valor da coleta 21% e a derrama de 1,5%).

27.1. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não existem situações geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

27.2. Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é evidenciada como segue:

	31-12-2025		31-12-2024	
Resultado antes de imposto	50 000	802 828	50 000	967 350
Taxa de imposto	16,0%	20,0%	17,0%	21,0%
	8 000	160 566	8 500	203 143
	168 566		211 643	
Gastos não aceites	1 961		5 109	
Rendimentos não tributados	(19 302)		(69 713)	
Derrama	11 492		10 646	
Tributação autónoma	35 176		26 947	
	197 893		184 632	
Imposto sobre o rendimento corrente	197 893		184 632	
Imposto sobre o rendimento	197 893		184 632	
Taxa efetiva de imposto	23,2%		18,1%	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Taxa de imposto até 50 000 Euros	16,00%	17,00%
Taxa de imposto para o remanescente	20,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	19,50%	20,50%

28. Dividendos

O OMIP pagou dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de 650 000 Euros aos acionistas OMIP e OMEL, na proporção das participações no capital da empresa (Em 2024 foram pagos 550 000 Euros como dividendos).

29. Compromissos

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não existiam outros compromissos assumidos pela Empresa e não refletidos nas demonstrações financeiras.

30. Contingências

PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o OMIP não apresenta qualquer passivo contingente.

ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o OMIP não apresenta qualquer ativo contingente.

31. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, o OMIP confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

32. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SA e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA:

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

ACIONISTAS:

- OMIP
- OMEL

SUBSIDIÁRIAS:

- OMIClear – C.C., SA

OUTRAS PARTES RELACIONADAS:

- OMI - Polo Español, SA
- REN - Rede Electrica Nacional, S.A.
- REN - Gasodutos, S.A.
- REN - Serviços, S.A.
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Banco Comercial Português, S.A.
- EDP - Energias de Portugal, S.A.
- Naturgy Energy Group, S.A.
- Iberdrola Energía España, S.A.
- OMIP S.A.

32.1. Transações com acionistas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com os acionistas:

	31-12-2025	31-12-2024
Compras de Serviços		
OMIP Holding (Nota 22)	17.581	17.581
	17.581	17.581
Serviços prestados		
OMIP Holding (Nota 24)	27.746	27.746
	27.746	27.746

32.2. Saldos devedores e credores com acionistas

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos resultantes de transações efetuadas com acionistas são os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Outros créditos a receber		
OMIP Holding (nota 13)	119	—
	119	—

32.3. Transações com subsidiárias:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com a subsidiária OMIClear:

	31-12-2025	31-12-2024
Compras de Serviços		
OMIClear (Nota 22)	46 293	46 293
	46 293	46 293
Serviços prestados		
OMIClear (Notas 21 e 24)	480 000	480 000
	480 000	480 000

32.4. Saldos devedores e credores com subsidiárias

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Outros créditos a receber		
OMIClear (Nota 12)	231 623	73 718
	231 623	73 718

32.5. Transações com outras partes relacionadas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	31-12-2025	31-12-2024
REN – Gasodutos (Nota 21)	220 980	218 415
REN – Rede Eléctrica Nacional (Nota 21)	171 000	104 000
EDP GEM Portugal (Nota 21)	73 102	59 754
SU Eletricidade, SA (Nota 21)	711 937	591 581
OMIP SA (Nota 24)	149 354	127 836
OMIE (Nota 21)	120 000	120 000
	1 446 374	1 221 586

32.6. Saldos devedores e credores com outras partes relacionadas:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos resultantes de transações efetuadas com outras partes relacionadas são as seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Cientes		
REN – Gasodutos (Nota 11)	—	67 951
REN – Rede Eléctrica Nacional (Nota 11)	—	63 960
SU Eletricidade (Nota 11)	—	94 622
OMIE (Nota 11)	30 000	30 000
EDP GEM Portugal (Nota 11)	701	467
	30 701	257 001
Outros Créditos a receber		
REN - Gasodutos (Nota 12)	76 954	43 854
REN Rede Eléctrica Nacional (Nota 12)	13 917	13 917
	90 871	57 771

32.7. Remunerações da Administração

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Salários e outras remunerações	203 340	199 505
Prémios e gratificações	80 472	80 089
	283 812	279 594

33. Eventos subsequentes

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

34. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2025 no valor positivo de 654 935 (Seiscentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta e cinco euros), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal.....	€65 494
Para Distribuição de dividendos	€250 000
Para Resultados Transitados.....	€ 339 441

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martim Bleck Vasconcelos e Sá ¹	Presidente
Carmen Becerril Martinez.....	Vice-Presidente
Alvaro Manuel Polo Guerrero..... Cox T&I, S.L.	Vogal
Carlos Martin de los Santos Bernardos.....	Vogal
Marco Filipe Gomes Torres Lourenço Casqueiro Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Vogal
Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira..... EDP – Energias de Portugal, S.A.	Vogal
Adolfo Javier de Rueda Villén Endesa Generación Portugal, S.A.	Vogal
Angel David Garcia Garcia ² Naturgy Energy Group, S.A.	Vogal
Maria José Menéres Duarte Pacheco..... REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Vogal
Pedro Henriques Gomes Cabral..... REN Serviços, S.A.	Vogal
Ignacio Zumalave Freire.....	Vogal
Santiago Gómez Ramos.....	Vogal
Pedro Filipe Raio Félix.....	Secretário

A contabilista certificada

Manuela Lopes dos Santos
Técnico de contas, n.º 85946

1. Renúncia com efeitos a 31 de dezembro de 2025

2. Eleito no dia 13/02/2025. Cargo anteriormente exercido por Gregorio Jose Morales Schmid.

Os mercados a prazo afirmam-se como instrumentos essenciais para conferir previsibilidade e estabilidade aos investimentos

IV ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 9.041.697 euros e um total de capital próprio de 8.298.767 euros, incluindo um resultado líquido de 654.935 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2025

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Assinado por **Pedro Miguel Borges Marques**
Num. de Identificação: 12628064
Data: 2026.04.22 15:52:32+01'00'

Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 217 912 000
Avenida da Índia, 10 - Piso 1 www.ey.com
1349-066 Lisboa
Portugal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistemas de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas, sem ênfases e sem outros assuntos.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A. Tel: +351 217 912 000
Avenida da Índia, 10 - Piso 1 www.ey.com
1349-066 Lisboa
Portugal

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2025 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 22 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **Pedro Miguel Borges Marques**
Num. de Identificação: 12628064
Data: 2026.04.22 17:17:39+01'00'



Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

OMIP — PÓLO PORTUGUÊS, S.G.M.R., S.A.

Av. Casal Ribeiro, 14 - 8.º
1000-092 Lisboa — Portugal

T (+351) 210 006 000

www.omip.pt

